

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GLAUCIA CARVALHO SENA

**REVOLUÇÃO CURDA: A TRAJETÓRIA DO PKK E O CONFEDERALISMO
DEMOCRÁTICO EM ROJAVA**

Dourados/MS

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GLAUCIA CARVALHO SENA

**REVOLUÇÃO CURDA: A TRAJETÓRIA DO PKK E O CONFEDERALISMO
DEMOCRÁTICO EM ROJAVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia na área de concentração Processos de dominação e disputas políticas e sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gabriela Guillén Carías

Dourados/MS

2022

*“Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar” (Paulinho da Viola)*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S474r Sena, Glaucia Carvalho

Revolução Curda: a trajetória do PKK e o Confederalismo Democrático em Rojava [recurso eletrônico] / Glaucia Carvalho Sena. -- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Maria Gabriela Guillén Carias .

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Confederalismo Democrático. 2. PKK. 3. Revolução Curda. I. Carias, Maria Gabriela Guillén.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

TERMO DE APROVAÇÃO

GLAUCIA CARVALHO SENA

**REVOLUÇÃO CURDA: A TREGETÓRIA DO PKK E O CONFEDERALISMO
DEMOCRÁTICO EM ROJAVA.**

Dissertação aprovada pela banca Examinadora de Dissertação da Universidade Federal da Grande Dourados como pré-requisito para conclusão da Pós-Graduação em Sociologia e obtenção do título de mestrado, sob orientação da Professora Dra. Maria Gabriela Guillén Carías.

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Maria Gabriela Guillén Carías
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof.a Laura Jane Gislotti
Faculdade Intercultural Indígena (FAIND)
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Marcílio Rodrigues Lucas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal da Grande Dourados

Aprovado em 07 de novembro de 2022.

RESUMO

O intuito desta dissertação é entender a complexidade do processo de auto-organização do povo curdo em busca de sua autonomia e emancipação, em que se transitou de uma luta pela libertação nacional que abrangia a tomada de poder estatal. Entendemos que o processo curdo tem suas especificidades e a Revolução curda é o acúmulo recente de um longo processo de lutas e revoltas populares. Por esses motivos, nos concentramos na trajetória das lutas, resistência e na atuação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão, o PKK. A história do PKK possui quatro décadas marcantes, a década de 70 por ser de sua fundação e ter a libertação nacional como reivindicação; a década de 80 quando a luta armada e a guerrilha foram adotadas; a década de 90 que marca essa reestruturação ideológica; a década de 2000 que vai constituir um novo ideário do movimento anunciado e oficialmente publicado e mais adiante a década de 2010 com um novo projeto político. Nosso trabalho faz um recorte geográfico e histórico se limitando ao Curdistão sírio, nossa escolha por esta parte se justifica pela atuação do Partido da União Democrática (PYD) e das Unidade de Defesa do Povo (YPG) e Unidade de Defesa da Mulher (YPJ) que fazem parte do movimento de libertação curdo. A Revolução curda busca a transformação social por meio da auto-organização popular em assembleias. O PKK se converteu em um movimento social que no século XXI caminhou para o Confederalismo Democrático, um modelo político de organização social radicalmente democrático.

Palavras-chave: Confederalismo Democrático; PKK; Revolução de Rojava.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to understand the complexity of the process of self-organization of the Kurdish people in search of their autonomy and emancipation, which went from a struggle for national liberation to the seizure of state power. We understand that the Kurdish process has its specificities and the Kurdish Revolution is the recent accumulation of a long process of popular struggles and uprisings. For these reasons, we focus on the trajectory of struggles, resistance, and the actions of the Kurdistan Workers' Party, the PKK. The history of the PKK has four significant decades: the 1970s, when it was founded and national liberation was its claim; the 1980s, when armed struggle and guerrilla warfare were adopted; the 1990s, when ideological restructuring took place; the 2000s, when a new ideology of the movement was announced and officially published; and, later, the 2010s, when a new political project was born. Our work makes a geographical and historical cut, limiting itself to Syrian Kurdistan; our choice for this part is justified by the actions of the Democratic Union Party (PYD) and the People's Defense Unit (YPG) and the Women's Defense Unit (YPJ), which are part of the Kurdish liberation movement. The Kurdish Revolution seeks social transformation through popular self-organization in assemblies. The PKK has become a social movement that in the 21st century has moved towards Democratic Confederalism, a radically democratic political model of social organization.

Keywords: Democratic Confederalism; PKK; Rojava Revolution.

LISTA DE SIGLAS

CSRPC- Comitê de Solidariedade à Resistência Curda de São Paulo

KADEK- Congresso da Liberdade e Democracia do Curdistão

KCK- União das Comunidades do Curdistão

KGK- Congresso do Povo do Curdistão

KNK- Congresso Nacional do Curdistão

PAJK- Partido de Libertação das Mulheres do Curdistão

PJA- Partido da Libertação da Mulher

PJKK- Partido das Mulheres Livres do Curdistão

PKK- Partido dos Trabalhadores do Curdistão

PYD- Partido da União Democrática

TEV-Dem- Movimento por uma Sociedade Democrática

TJAK- Movimento de libertação das Mulheres do Curdistão

TJWK- Unidades das Mulheres Livres

YPG- Unidades de Proteção do Povo

YPJ- Unidades de Proteção das Mulheres

MGRK- Conselho Popular do Curdistão do Leste

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Mapa do Curdistão.....	p.19
Imagem 2- Estados-nação do Curdistão.....	p.19
Imagem 3- Abdullah Öcalan.....	p.41
Imagem 4- Primeira bandeira do PKK	p.62
Imagem 5- Nova versão da bandeira do PKK.....	p.62
Imagem 6- Mulheres curdas do YPJ.....	p.72
Imagem 7- Mulheres Livres.....	p.73
Imagem 8- Representação da Jineologia.....	p.75
Imagem 9- Mapa de Rojava.....	p.79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CURDISTÃO: A HISTÓRIA DO POVO CURDO NO ORIENTE MÉDIO	16
1.1 Origens da Resistência e Questão Curda.....	18
1.1.1 Bakur.....	23
1.1.2 Basûr.....	25
1.1.3 Rojhilat.....	29
1.1.4 Rojava.....	32
1.2 Autonomia em curso.....	36
2 TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO CURDISTÃO (PKK)	39
2.1 PKK como Partido Marxista-leninista.....	52
2.2 Transformações ideológicas e organizacionais.....	58
2.3 Contribuições de Murray Bookchin ao pensamento de Öcalan.....	62
3 REVOLUÇÃO DE ROJAVA	65
3.1 Movimento Curdo e luta popular.....	66
3.2 Federação Democrática da Síria.....	78
3.3 Assembleias e Comunas.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se trata do processo revolucionário curdo, sobre a luta por autonomia em Rojava no Curdistão sírio e o Confederalismo Democrático, avaliamos o papel do Partido dos Trabalhadores (PKK) como principal organização do movimento, sua transformação política e como se apresenta a práxis social dos curdos em relação a uma sociedade onde a tomada de decisões e o controle é exercido por um dinâmico processo de assembleias onde as mulheres têm um destaque especial e pela defesa de seus território.

Partimos do princípio de que os curdos são um povo originário e ancestral, suas origens antecedem impérios e Estados, podemos classificar sua organização social como tribal. Queremos mostrar como esse povo resiste através dos séculos as mudanças nas formas como as sociedades se organizam, poderes centrais e absolutos se constituíram, o sistema econômico político-social mudou, impérios caíram, houveram grandes guerras, a configuração do Oriente Médio passou por transformações e, apesar dos esforços de assimilação, os curdos conseguiram conquistar autonomia.

Mas, precisamos pontuar que não trataremos de todo o povo curdo, nos concentraremos nos curdos que habitam Rojava, no norte da Síria e tal decisão se justifica pelo fato de lá ser palco de um processo de auto-organização extremamente dinâmico que se encontra fundamentado no Confederalismo Democrático. Apesar de nosso foco se encontrar no norte da Síria, teremos que tratar sobre a Turquia por que o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) é de origem turca, assim como Abdullah Öcalan, a liderança do partido e o teórico do Confederalismo Democrático, que teve como uma de suas bases teóricas os escritos libertários do autor anarquista Murray Bookchin. A teoria de Bookchin que influenciou Öcalan no pensamento da auto-organização e da descentralização do poder foi o Municipalismo Libertário. Tal teoria consiste na percepção de que os atores transformadores que vão construir uma nova sociedade estão no nível local, municípios, bairros, comunas. No Confederalismo, a organização social consiste em conselhos abertos, parlamentos locais e congressos gerais (ÖCALAN, 2016, p. 10).

Sabendo que a realidade social em questão está localizada a quilômetros de distância, encontramos barreiras tanto geográficas quanto linguísticas e culturais que neste primeiro momento de aproximação ao processo curdo, não podemos contornar completamente, já que não é possível ignorar que não dominamos a língua curda, o Kurmanji¹, e que nossas referências são traduções do curdo ao inglês, espanhol e português e que essas traduções são de comitês de solidariedade da Europa e podem carregar visões que não são das publicações originais numa tentativa de adaptação para outra língua. A escassez de material também se mostra como uma limitação para entender e interpretar os fenômenos sociais que ocorrem em Rojava e chamamos a atenção que muita informação que vem da Europa é de caráter propagandístico da revolução pelo qual faremos um esforço por adstrair o que é agitação e propaganda, dimensão importante da prática política para gerar solidariedade internacional, da dinâmica processual não sem certas limitações.

Trabalhamos com a categoria da revolução, entendemos que ela é o fio condutor para analisar a conquista dos curdos de sua autonomia e liberdade. Antes da proclamação em 2012, o povo já vinha de uma jornada de lutas e articulação, que se seguiu com a práxis revolucionária, com o sistema de assembleias populares e comunas colocando o projeto político que possui o objetivo de viver em uma nação sem Estado, o que Öcalan chama de “nação democrática”.

Assumimos o estudo do processo revolucionário que ocorre em Rojava a partir do chão que as experiências revolucionárias da América Latina ao longo da sua história nos oferecem desde as primeiras lutas indígenas, como por exemplo os tainos contra os invasores espanhóis nas ilhas do Caribe, passando pela revolução de independência haitiana, as revoluções camponesas do século XX e as resistências indígenas contra o neo-extrativismo contemporâneo. Todas estas experiências de radicalização política de caráter social e popular, feita por povos tradicionais, trabalhadores, quilombolas, camponeses e mulheres que buscam, e continuam na procura da construção das bases sociais capazes de sustentar uma alternativa socialista fundamentada em uma democracia radical.

¹ Kurmanji está entre os quatro dialetos principais falados pelos curdos, por 75% dos falantes.

A primeira revolução popular e camponesa contra a república oligárquica² na América Latina foi a Revolução Mexicana em 1910, quando Porfirio Díaz, presidente do país em aliança com o grande capital internacional trouxe a eliminação dos ejidos, terras comuns dos indígenas e camponeses mexicanos em favor da concentração de propriedades em torno das uma classes dominantes mexicanas. Outra revolução popular e socialista foi a Revolução Cubana em 1959 – foi um processo de luta populares contra uma ditadura imposta pelo imperialismo norte-americano- que levou à queda do governo oligárquico como o de Fulgêncio Batista (1940-1944) em Cuba. Fidel Castro e Ernesto Che Guevara lideraram esse processo empurrado pelos diversos setores da sociedade cubana, sobretudo camponeses, que levou a ilha a romper com o imperialismo norte-americano.

Os protestos no Chile em 2019 e na Bolívia em 2019-2021 são acontecimentos contemporâneos que expressam a revolta popular – o povo nas ruas, a América Latina pegando fogo. No Chile, civis saíram às ruas protestando contra as desigualdades no país exigindo a implementação profunda de reformas sociais. O país foi a vanguarda de experimentos experiência neoliberais na América Latina, após o golpe de Estado do general Augusto Pinochet que derrubou o governo socialista de Salvador Allende (1970-1973), um sistema econômico que até então era visto como bem sucedido pelos seus indicadores econômicos em crescimento, não conseguiu superar a desigualdade social e atender as demandas populares.

A América Latina foi colocada em uma relação de subordinação e dependência em relação ao capital estrangeiro e mantida neste lugar economicamente dependente na divisão internacional do trabalho do capitalismo mundial. A América Latina, assim como Rojava, expressa resistência nas suas lutas contra a dominação capitalista, o colonialismo e imperialismo das potências estrangeiras

O Curdistão ao norte da Síria -conhecida como Rojava, é uma região constituída por cantões autônomos desde 2013, ano que foi estabelecida a Federação Democrática da Síria, após o início da Guerra Civil no país em 2011 com o advento de uma onda de manifestações conhecidas como Primavera Árabe, as revoltas se deram em alguns países do Oriente Médio e norte da África.

² Onde grandes propriedades de terras se concentravam nas mãos de uma classe latifundiária que assumiu os interesses da burguesia norte-americana e europeia, valorizando a entrada de capital estrangeiro e negando as tradições tradicionais indígenas mexicanas.

Na Síria em 2011, as manifestações contra o governo de Bachar Al-Assad por reformas econômicas, sociais e políticas. Em meio as manifestações, ocorreu o caso dos meninos detidos pela polícia em Daara, acusados de terem feito pinturas que mostravam apoio às revoltas na Tunísia e no Egito nos muros da escola onde estudavam. Os meninos em custódia passaram por torturas enquanto suas famílias que exigiam que fossem libertos passaram por humilhações. A prisão foi um dos acontecimentos durante a Primavera Árabe, as revoltas seguiram e se espalharam pelo país, milhares de pessoas saíram às ruas. A repressão violenta do regime causou uma guerra civil e a morte de milhares de pessoas: do início das revoltas até maio de 2011 cerca de mil morreram (VÁSQUEZ, 2016, p. 107). Os manifestantes estavam desarmados enquanto o regime respondia com bombardeios. Em junho de 2011, se deu início à organização de milícias e grupos de autodefesa para defesa contra ataques. Foi formado o Exército Livre da Síria (FSA sigla para Free Syrian Army) foi formado por desertores do exército, milícias, e grupos de autodefesa. Entretanto, o FSA junto com a Frente Al-Nusra e o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) foram grupos que causaram mais instabilidade e violência pelas ruas do país, colocados pelos Estados Unidos e aliados regionais para justificar intervenções imperialistas.

As tropas militares do regime presentes em todo país para conter as revoltas, em um acordo entre o governo sírio e o PKK, as tropas se retiraram da região norte do país, local habitado pelos curdos. A partir dos desdobramentos posteriores podemos analisar que havia uma organização e articulação do movimento curdo que possibilitou a autodeclaração da autonomia e o princípio de uma “nação democrática”, o princípio que imagina uma nova forma de viver socialmente e estabelecendo um autogoverno descentralizado.

Foi nesse meio que em julho de 2012, o Partido da União Democrática (PYD) aliado ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) junto com o povo optaram pela “terceira via” não apoiaram o governo nem oposição. Em 2013 declararam a autonomia de Rojava e começaram as articulações para o Confederalismo Democrático, um sistema político que consiste na democracia sem Estado. Em Rojava existem três regiões chamadas cantões- Efrin Kobane e Cizirê. Para coordenar os cantões na implementação do Confederalismo Democrático foi criado o Movimento para uma Sociedade Democrática (Tev-Dem).

O povo curdo historicamente vem resistindo aos conflitos e tensões que passa com os governos dos Estados nacionais dos territórios onde vivem, passando por perseguição, opressão, processo de assimilação e apagamento cultural, proibidos até de falar o próprio idioma. Então, iniciam a formação de partidos políticos como o Partido Democrático do Curdistão Iraniano (PDKI) em 1945; do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) em 1978; do Partido Democrático do Curdistão (PDK) e do Partido da União Patriótica do Curdistão (PUK) em 1975, para se organizar em todos os países do Curdistão, movimentos nacionalistas foram formados, instituições e organizações, grupos militares para prática de guerrilha como as bases que existem nas montanhas do Curdistão, já que a topografia montanhosa é usada em favor dos movimentos do exército curdo. A consequência disso foram revoltas e até a constituição de governos como a República de Mahabad no Irã em 1946, muito embora também houveram repressão e genocídios como o de Anfal durante o governo de Saddam Hussein no Iraque em 1988.

No ano de 1978 surge em Ancara na Turquia o PKK um movimento de libertação nacional formado por jovens universitários de orientação marxista-leninista “com elementos maoístas e com objetivo alinhado às lutas anti-coloniais da época” (COMITÊ DE SOLIDARIDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA DE SÃO PAULO, 2016 p. 78) almejava a libertação nacional por meio da criação de um Estado nacional independente curdo, nos moldes do que conhecemos como Estado-nação, um modelo de organização social que mantém o poder centralizado, uma nação, uma bandeira. No final dos anos 1990, o partido em um movimento de autocrítica chega à conclusão que “a razão para o problema da liberdade dos povos não era a falta de Estado, mas a urgência do Estado” (FERRAZ, 2016, p. 18).

O PKK pode ser descrito como um movimento político prático, o partido que na sua origem era de orientação marxista-leninista e que mediante demandas sociais e transformações concretas como a queda da União Soviética, alterou seus horizontes passando da libertação nacional a procurar ser um movimento radicalmente popular. Como a principal organização presente no processo revolucionário curdo da esquerda turca, a trajetória do partido fundado por Abdullah Öcalan passou por transformações ideológicas e organizacionais que refletiram na forma de fazer política, como o crescimento do número de mulheres participando ativamente e a criação de um partido das mulheres, o Partido das Mulheres Livres do Curdistão (PJKK).

No seu início, a condução ideológica do PKK reivindicava a independência curda, um Estado próprio para os curdos, entretanto, nos anos 1990, a ideologia foi reformulada e o partido passa a lutar pela autonomia, mediante processo revolucionário que consiste na construção de uma organização social democrática representado por assembleias, comitês de base, comunas e cooperativas.

Diante disso, o líder Abdullah Öcalan (1948-) nos seus anos na prisão-ilha de Imrali onde está encarcerado desde 1999, influenciado pelas ideias do autor anarquista norte-americano Murray Bookchin (1921-2006) fundador da chamada Ecologia Social e teórico do Municipalismo Libertário, vai encontrar o que significa o Estado como apoiador dos interesses das classes dominantes, monopólio da violência institucional, que se faz valer do controle sobre os homens (BOOKCHIN, 2010, p. 47).

Os argumentos de Öcalan para justificar que o Estado-nação não é o que os curdos precisam se dá pelo entendimento de que qualquer Estado no contexto da modernidade capitalista vem dos interesses das classes dominantes e da burguesia, logo não atende aos interesses do povo (ÖCALAN, 2016, p. 25).

Öcalan registrou na obra *Confederalismo Democrático* de 2016 suas reflexões sobre os caminhos possíveis para traçar uma solução que se adeque ao Oriente Médio, aos seus dilemas e conflitos. Öcalan deixa registrado que nem nacionalismo nem Estados-nação são capazes de resolver a questão curda e que são eles justamente os causadores de problemas (ÖCALAN, 2016, p. 16). Descrevendo os elementos que embasam o caráter opressor, dominante e hierarquizador do Estado-nação, os esquematizou em pilares ideológicos, os quais seriam: nacionalismo, ciência positivista, sexismo e religiosidade.

O Confederalismo Democrático é uma outra forma possível de organizar a vida social, de forma democrática sem Estado, para Öcalan as democracias governam, são baseadas no consenso coletivo, usam eleições diretas e, se baseiam na participação voluntária (ÖCALAN, 2016, p. 27).

O Confederalismo não é compatível com o capitalismo, Öcalan aponta alternativas para esse sistema político e econômico, as cooperativas e a administração familiar seriam então uma alternativa ao sistema que para ele é inimigo da economia (ÖCALAN, 2009, p. 112) Uma nova sociedade que não é baseada na acumulação de

riquezas proporcionaria a distribuição justa dos recursos econômicos (FERRAZ, 2016, p. 62).

A destruição do meio ambiente e a exploração infindável dos recursos naturais também não são compatíveis com o Confederalismo, para a crise ambiental Öcalan propõe a ecologia ou ecologismo. A relação entre sociedade e meio ambiente seria então mais equilibrada à medida que a sociedade passa pela transformação de capitalista para socialista (ÖCALAN, 2008 p. 36).

Um dos principais pilares do Confederalismo é a libertação da mulher. A luta das mulheres e o protagonismo das questões referentes ao gênero foram uma demanda presente após o entendimento de que a sem a escravidão e subjugação da mulher, nem o Estado-nação nem o capitalismo poderiam existir e nem se desenvolver. Para Öcalan todas essas formas de escravidão, opressão e colonização estão ligadas com a primeira escravidão que é a da mulher (ÖCALAN, 2016, p. 24).

O Curdistão ao norte da Síria que recebe o nome de Rojava é o ambiente geográfico onde está em curso o Confederalismo Democrático, “um dos mais complexos programas revolucionários do nosso tempo” (FERRAZ, 2016, p. 51). A luta curda se constitui num modelo rumo a democracia radical, de base, horizontal, autoadministrativo, administração política não estatal ou ainda democracia sem Estado (ÖCALAN, 2016, p. 27).

O povo curdo sofreu muita repressão por parte do governo de Bashar al-Assad, por isso começaram a se organizar para enfrentar o poder estatal, seguindo o sistema de autonomia democrática do Confederalismo Democrático. O Movimento para uma Sociedade Democrática-Tev-Dem foi a coalização de organizações e indivíduos responsável pela criação dos primeiros conselhos e comitês de bases. Em 2003 foi formado o Partido da União Democrática – PYD, e logo depois foram criadas as primeiras unidades de autodefesa, as Unidades de Defesa Popular (YPG) e posteriormente as Unidades de Defesa das Mulheres (YPJ) como já mencionamos, as mulheres têm participação muito ativa na revolução e a luta armada e autodefesa popular faz parte das funções que essas mulheres fazem pela luta.

A origem da resistência do povo do Curdistão sírio acontece há décadas antes da proclamada autonomia durante a Primavera Árabe. As articulações políticas e sociais, os

movimentos de libertação, a fundação do movimento de mulheres, a atuação das unidades de defesa e o conjunto de instituições articulam o Confederalismo Democrático como modelo social.

A proposta nesta dissertação é avaliar as transformações do PKK ao longo de sua história, a trajetória das mudanças ideológicas e organizacionais. Com base nessa proposta, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é o papel que o PKK possui no processo da revolução curda e na implementação do Confederalismo Democrático?_Nosso trabalho será uma análise teórica, viabilizado por meio de revisão bibliográfica e análise documental- os documentos do partido, desde que possível, os escritos de Abdullah Öcalan e produções acadêmicas, artigos, dissertações, monografias e documentários.

Começaremos pelo contexto regional onde estão localizados os curdos no mapa, não podemos trazer a luta sem antes compreender as tensões e transformação no Oriente Médio e com a população curda em cada parte do Curdistão como uma região que foi modificada ao longo dos anos. Em seguida, trazemos o Partido dos Trabalhadores do Curdistão, o PKK turco, por que entendemos que sem ele não tem como compreender o processo e não tem como analisar as mudanças de estratégia do próprio PKK e a articulação com o Partido da União Democrática, o PYD na Síria, entendemos que o partido possui um papel importante na revolução. A seguir vamos analisar o processo da revolução curda a partir das bases teóricas do Confederalismo Democrático, que são os escritos de Öcalan e a influência de Bookchin.

A estrutura da dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo foi feita uma análise do Curdistão e fazemos uma digressão histórica do povo curdo, analisamos o território onde habitam, o contexto político e social importante para entender a região conflituosa do Grande Oriente Médio, as disputas pelo controle das riquezas locais que tiveram impacto tanto na formação dos Estados-nacionais quanto nas políticas nacionais no que se tratava da população curda de cada Estado. Também analisamos o nascimento dos movimentos de libertação que surgem nos quatro países em que se encontra o Curdistão.

No segundo capítulo, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) é um elemento central para entender a revolução, a fundação e a sua reformulação, as mudanças na estratégia do partido, o processo de autocrítica que muda o objetivo do

partido que surge com a luta por um estado curdo independente e passa a ser a autonomia que rejeita a relação de dominação e hierarquia entre o Estado e a sociedade. E a postura frente aos desdobramentos contemporâneos da geopolítica quanto ao que impacta o movimento curdo. Ainda iremos apresentar a influência de Murray Bookchin, teórico da Ecologia social ao pensamento de Abdullah Öcalan como a Ecologia Social e o Municipalismo Libertário. O terceiro capítulo trata do Confederalismo Democrático e da construção da autonomia, os pilares/bases: ecologia, democracia radical, pluralismo e, a Jinealogî. O objetivo deste capítulo é apresentar a Federação Democrática do Norte da Síria e o que traz no seu Contrato Social: o sistema organizacional de comunas e assembleias que são as representações da democracia radical na construção da autonomia democrática de Rojava.

1 CURDISTÃO: A HISTÓRIA DO POVO CURDO NO ORIENTE MÉDIO

O Curdistão não é um Estado-nação, ou um Estado unificado independente sendo melhor definido como um território na região da Mesopotâmia- de 450.000 km² no Oriente Médio, a região é conhecida como o berço da civilização, uma das mais ricas em florestas e água, dotada de inúmeras planícies férteis entre os rios Taurus e Zagros (Öcalan, 2008).

Geograficamente a região onde habitam os curdos é formada por quatro países que são Estados-nação independentes, compartilham fronteiras e o povo curdo, majoritariamente no Irã, Iraque, Turquia e Síria. Existem ainda a população curda no Azerbaijão e na Armênia - mais de 35 milhões de curdos dispersos pelos quatro Estados (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda- CSRPC, 2016).

O nome Curdistão vem da palavra suméria *kur* que significa montanha e o sufixo *ti* que remete a *karti* “tribo da montanha” ou “povo da montanha” (Öcalan, 2008). Estima-se que a população curda esteja entre 36,4 e 45,6 milhões³ (Fundation-Institut Kurde de Paris, 2017) em números totais, ou seja, somados nos quatro países do Curdistão e a população em diáspora na Europa ocidental em que se estima cerca de 1,5 milhões de curdos.

A região ocupada pelos curdos nos quatro Estados-nação, já que existem curdos fora do Curdistão que imigraram para Europa, é de conflito social, político e econômico, quase um “barril de pólvora”:

- Existe o elemento multiétnico, assírios e armênios também habitam a região;
- O Oriente Médio é a maior região produtora de petróleo e os Estados Unidos é o maior consumidor;
- Dois dos Estados-nação da região do Curdistão são produtores de petróleo: Iraque e Irã (também é produtor de gás, possui as segundas maiores reservas depois da Rússia);
- Portanto, existe a exploração e distribuição de petróleo e com isso as disputas geopolíticas pelo controle do comércio;

³ Segundo consta no site do Fundation Kurde de Paris “Não existem estatísticas oficiais e confiáveis sobre a importância numérica dos curdos nos estados do Oriente Médio onde vivem”. Esses números são estimativas baseadas em estatísticas populacionais de cada área onde se concentra a população curda.

- Guerras e invasões ocorreram no Oriente Médio causadas pelos interesses das grandes potências imperialistas, sobretudo, dos Estados Unidos, que como o maior consumidor mundial tenciona ter o controle.

Desenharemos um cenário, que traga luz sobre conflitos complexos que ocorrem no Oriente Médio. Primeiro porque acreditamos ser importante analisar a situação dos curdos em Rojava a partir de uma contextualização da região onde estes habitam. Dessa forma, é preciso apontar que os conflitos armados e guerras são expressões de um jogo político de interesses entre grandes potências mundiais e entre os países locais que disputam o controle estratégico regional sendo o interesse um só: o acesso e o controle dos fluxos das reservas de petróleo. As potências envolvidas nesse jogo são os Estados Unidos aliado da Turquia, Arábia Saudita, Israel e Irã e China e Rússia são aliadas da Síria. Os Estados Unidos têm ao seu alcance a OTAN da qual a Turquia conta o segundo maior exército. É presente e visível a longa luta de poder entre esses atores, cada um tenta conquistar a hegemonia.

Elementos políticos e econômicos estão nesse emaranhado complexo étnico, linguístico e religioso. Em meio a tudo isso, os povos também se levantam e são capazes de mobilizar em massa, não só o PKK curdo, mas também o Hamas na Palestina e o Hezbollah no Líbano.

Desde um ponto de vista geográfico, o Curdistão não encontrada delimitado no mapa, sua população se encontra dividida entre quatro Estados-nação. Dentre estes Estados houveram movimentos nacionalistas e resistência do povo curdo em relação as repressões sofridas em comum vindas dos governos nacionais, como por exemplo, a proibição ao uso do idioma curdo e seu ensino para as crianças nas escolas. Na Síria perderam a nacionalidade do país mediante o Decreto 93; perderam terras, foram expulsos dos povoados onde viviam e foram enviados para capital Damasco ou para Alepo (VÁSQUEZ, 2016, p. 50). Na Turquia os sobrenomes curdos foram convertidos em turcos, muitos curdos têm no sobrenome “Turk” (VÁSQUEZ, 2016, p. 47).

O processo de luta por autonomia do povo curdo é um processo histórico de anos e anos que passou por conflitos, mudanças e contradições. O surgimento do Partido do Trabalhadores do Curdistão (PKK) na Turquia em 1978 foi um marco para o movimento, na sua origem a organização se apresentava adepta da luta socialista e da

libertação nacional influenciada pela experiência do bloco socialista União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) reivindicando a formação de um Estado socialista (MARTINÉZ, 2016, p. 56). O Partido Democrático do Curdistão (PDKI) proclamou a República de Mahabad em 1945 e 1946 no Irã, foi aniquilada já que dependia do apoio soviético que se desocupou parte do que antes era a Pérsia. No Iraque foi constituída uma autonomia de fato, pelo Governo Regional do Curdistão (KRG) um parlamento e um governo autônomo administram parte do Curdistão iraquiano.

Há que se levar em conta aspectos sociais, políticos e culturais do povo curdo, além de não se tratar de um povo homogêneo e com diversos conflitos, projetos e disputas políticas, enfatizamos que os diferentes territórios da Síria, Turquia, Irã e Iraque têm influência nos desdobramentos da luta popular, os curdos formam “um dos movimentos de resistência contemporâneo mais longo do mundo – a luta de 150 anos se estende desde o domínio do Império Otomano até as sangrentas guerras civis de hoje na Síria e no Iraque (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda, 2016).

1.1 Origens da Resistência e Questão Curda

Os curdos são ancestrais dos hurritas (3.000 – 2.000 a.C) em razão dessa ligação, constituem umas das etnias naturais mais antigas da região, se organizavam geograficamente e politicamente em confederações tribais e reinos, junto a outros povos como os *mitanni*, *os nairi*, *os urartianos* e *os medos* (Öcalan, 2008).

São chamados pelos árabes de “árabes do Iêmen” e pelos turcos de “turcos das montanhas” e pelos persas são considerados alter ego étnico. Segundo descreve Abdulah Öcalan (2008) no período da Idade Média durante o reinado dos sultões árabes, o Curdistão era chamado *Beled-Ekrat*, os sultões siljúcidos foram os primeiros a usar a palavra Curdistão como oficialmente terra dos curdos. A região ficou assim chamada até a década de 1920 e após 1925 a existência curda passou a ser negada por parte da Turquia.

A extensão territorial do Curdistão é de 435 mil a 500 mil km² (Vásquez, 2016), rodeada pelas populações persas, azeri, árabe e turco-anatólia. Foi o lugar onde se processou a revolução do neolítico, momento importante da história quando caçadores-

coletores passaram a se fixar em um único lugar, e principalmente, conhecida como *berço da civilização ou área de passagem* (ÖCALAN, 2008, p. 10). No mapa abaixo é possível visualizar a extensão territorial da região.

Imagem 1- Mapa do Curdistão



Fonte: Fundacion Institut Kurd de Paris

Imagem 2- Estados-nação do Curdistão



Fonte: Al Jazeera

Fonte: Mr Socialista

Localizada na região das montanhas de Zagros e Taurus, “uma das mais ricas em florestas e água de todo Oriente Médio com planícies férteis” (ÖCALAN, 2008, p. 10).

A região do Curdistão historicamente foi alvo de disputas de poder entre impérios, sob o domínio dos impérios Persas, Helênico, Bizantino e Otomano a população curda foi dividida.

Os curdos viveram grande parte de sua história divididos entre tribos e clãs diferentes, existindo simultaneamente com os impérios persa, turco e árabe, tiveram suas diferenças exploradas por potências durante séculos, a forma de organização política tribal já era parte da tradição do povo o que mudou significativamente a partir dos ideais de libertação nacional no século XX e depois com a influências anticoloniais e revolucionárias.

Antes da queda do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, os curdos conviviam de forma relativamente pacífica com os demais povos que habitavam a região, embora segundo Öcalan já haviam criado “focos de resistências das montanhas”

De 1.800 ao declínio do Império Otomano, o Curdistão foi abalado por inúmeras rebeliões, as quais eram geralmente aniquilados sem piedade. Após a queda dos otomanos o Curdistão foi repartido mais uma vez, agravando assim a atmosfera de violência. As potências imperialistas emergentes Inglaterra e França redesenharam as fronteiras do Oriente Médio, entregando assim o Curdistão ao domínio da república turca, do trono iraniano, da monarquia iraquiana e do regime sírio-francês (ÖCALAN, 2008, p. 15).

Consideraremos duas regiões que serão fundamentais para este trabalho: Bakur (Curdistão turco) e Rojava (Curdistão sírio); as outras duas regiões são Rojhilat (Curdistão iraniano) e Bashur (Curdistão iraquiano). O Curdistão turco mede em torno de 215 mil km²; Curdistão iraniano 125 mil km²; Curdistão sírio 19 mil km². Estima-se que a quantidade de curdos na Turquia seja entre 19 e 25% da população entre 15 e 20 milhões; no Irã entre 10 e 12 milhões que seja entre 13 e 17,50% da população; no Iraque entre 8 e 8,5 milhões, correspondendo de 25 a 27% da população; por fim na Síria estima-se entre 3 e 3,6 milhões de curdos correspondendo entre 12,50 e 15,00% da população (Foundation Kurde de Paris, 2016):

Tanto a repartição do Curdistão quanto a essência dos regimes árabe, persa e turco constituíram obstáculos ao desenvolvimento social dos curdos destas regiões. O relativo atraso social dos curdos, que ainda hoje mantem suas estruturas feudais, é um produto de tais relações de poder (ÖCALAN, 2008, p. 18).

A existência do povo curdo quanto grupo étnico foi negada pelos Estados nacionais Turquia, Iraque, Irã e Síria, o povo também passou por repressão tendo a sua

língua nativa proibida e sendo forçados a usar uma língua estrangeira. Porém, de acordo com a ativista curda Dilar Dirik (2016, p. 18) a experiência de viver sem Estado próprio curdo os ajudou a assegurar os seus valores e éticas sociais, assim como ajudou a não perder o senso de comunidade. Seu caráter tribal e nômade os converteu em um coletivo muito heterogêneo e pouco coeso, do ponto de vista étnico, o que dificultou (e ainda dificulta) ascender a chama do nacionalismo importado da Europa Central (BALSALORE, 2017, p. 2. Tradução nossa).

Em relação as transformações do Oriente Médio, alguns acontecimentos na sua história como por exemplo a queda do Império Otomano, o fim da Primeira Guerra Mundial no século XX, acordos, pactos de interesses firmados entre potências europeias imperialistas impactaram na geopolítica e contribuíram para o surgimento e acirramento da questão curda.

Destacamos os dois acordos principais que tiveram ligação direta na repartição do Curdistão: o Acordo de Sykes-Picot⁴ assinado em 1916, tal acordo desmantelou o Império Otomano, reduziu a extensão de terras da Turquia estabelecendo o espaço atual. O acordo de Sykes-Picot marca a política imperialista/colonialista de ingleses e franceses através da guerra de conquista. O Oriente Médio foi formado mediante intervenções militares imperialista. Esse acordo foi firmado entre França e Inglaterra e dividiu entre as duas potências o espaço de dominação de cada uma: a parte que corresponde à Síria e Líbano ficou sob domínio francês enquanto que a parte que corresponde ao Iraque, Palestina e Transjordânia ficou sob domínio do Império Britânico. O acordo também previa “a promessa de um Estado curdo, o qual jamais chegou a se materializar” (VÁSQUEZ, 2016, p. 44).

O segundo acordo foi o Tratado de Lausanne, assinado por Mustafá Kemal Atatürk e seu congresso nacionalista em 1923, o tratado substituiu o Acordo de Sèvres sem levar em conta o povo curdo (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda, 2016) que fortaleceu a vitória da revolução turca garantindo a independência do país em 1923:

O fim da Primeira Guerra Mundial simplesmente representou a mudança da opressão do Império Otomano para uma opressão mais sistemática de quatro Estados-nação autoritários, todos eles criados ou militarmente apoiados pelos

⁴ Acordo feito de maneira secreta em 1916 entre o diplomata britânico Mark Sykes e o diplomata francês Georges Picot. França e Inglaterra fizeram uma partilha dos territórios árabes somente entre si já prevendo a queda do Império Otomano (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda, 2016).

vencedores da Primeira Guerra Mundial como seus protetorados (COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA, 2016, p. 16).

A Turquia sob a governança de Mustafá Kemal “Ataturk” promoveu e incentivou a marginalização do povo curdo em território turco, a resposta dos curdos foi de organizar levantes populares, desde esses tempos a postura curda foi de resistência ao regime estatal-nacional. Kemal Ataturk foi então o primeiro presidente da Turquia, substituindo o califado do Império Otomano. A Constituição da Turquia em 1924 previa a proibição do idioma curdo, e frente desse projeto estava o lema “uma língua, uma nação, um país” (Öcalan, 2008), o país passou a ser ultranacionalist. A República dos Jovens Turcos foi um movimento que difundia esse nacionalismo indicado no Comitê pela Unidade e pelo Progresso, entre os anos de 1916 e 1918 os Jovens Turcos deportaram 700.000 curdos e causou a morte de mais da metade destes durante o processo, o “Estado da Turquia legitimou a negação dos turcos em reconhecer a existência da questão curda dentro de suas fronteiras” (Rodrigues, 2010).

Para Öcalan (2008) essa ideologia nacionalista implementada no/pelo Estado da Turquia colocava a identidade turca como superior à dos demais povos e grupos étnicos que também habitavam a região, pois, os curdos não são o único povo. A região do Curdistão habitada por armênios, em sua maioria na parte do Irã e da Turquia e por assírios. Os assírios são uma minoria etnorreligiosa que sofrem perseguições religiosas desde o século XIV, com os curdos já tiveram tensões por conta da queda do Império Assírio, já que o ano novo curdo comemora a vitória do povo medo que resultou no fim do império:

[...]Ataturk decretou 65 leis com o objetivo de destruir a identidade dos curdos: os nomeou de “turcos das montanhas”; proibiu o uso público da língua curda; transformou as celebrações curdas em ilegais; mudou os nomes curdos dados a ruas, vilas, negócios, etc. para nomes turcos; confiscou grandes extensões de terras comunais curdas; apreendeu fundos comunitários curdos; eliminou todos os partidos políticos e organizações de origem curda ou simpáticos à causa curda; e assim por diante (COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA, 2016, p. 15-16).

A possibilidade da criação de um Estado curdo independente existiu em um momento específico na história do povo curdo. O Tratado de Sèvres de 1920 entre os ganhadores da Primeira Guerra em seus artigos 62 ao 64, reconhecia o direito de autodeterminação das etnias do Império Otomano e estabelecia a independência para o

Curdistão, constituindo o Estado curdo no sudoeste da Turquia (Sánchez, 2003). Entretanto, essa possibilidade foi frustrada para o povo curdo ainda mais pela postura extremamente repressiva e de perseguição do Estado da Turquia que após assinatura do Tratado de Lausanne em 1923 se tornou independente sendo a República da Turquia.

O Tratado de Lausanne representou um tipo de traição ao povo curdo, já que tal acordo tirou o foco da constituição de um território nacional curdo para independência turca e com ela a repressão do povo. Como já mencionamos acima, a Turquia foi o Estado-nação mais rígido em relação à presença dos curdos em seu território. E muito desse passado de lutas explica as primeiras mobilizações curdas por reconhecimento étnico e a busca pela identidade nacional, isso porque demorou um certo tempo para que o povo curdo se reconhecesse como uma nação unida pela identidade, nos anos 1970 “com a aparição do movimento estudantil de tendências esquerdistas, uma conscientização da existência de uma identidade curda foi difundida” (Öcalan, 2008).

1.1.1 Bakur (Curdistão da Turquia)

O Curdistão turco foi palco de guerras também chamadas de revoltas entre 1921 e 1936, crimes muito violentos foram cometidos contra a população civil. A revolta de Koçgiri em 1921 vitimou os alevitas; em 1925 a revolta do Sheik Said chegou a ter controle de um terço do Bashur, na ocasião morreram entre 15 mil e 40 mil pessoas; entre 1926 e 1930 a revolta do Monte Ararat que deixou de 5 mil a 47 mil mortos. E, por fim, entre 1937 e 1938, ocorreu a revolta de Dersim, milhares de pessoas foram mortas pelo exército turco, depois da rebelião contra o “processo de turquificação” e o deslocamento da população alevita e zaza de suas casas (ANDERSON; EGRET, 2016, p. 51-52). Foi uma das mais cruéis repressões significou o fim também da liderança tribal no movimento nacionalista curdo na Turquia (MCDOWALL, 2007, p. 209).

Em 1924 a língua curda foi proibida, a eliminação dos curdos foi física, vítimas de “genocídio cultural e legislativo, simplesmente o Curdistão e seus habitantes passaram a ser proibidos” (VÁSQUEZ, 2016, P. 46). O Curdistão foi transformando em “províncias do Leste”, a identidades curda foi praticamente foram proibidas, seus sobrenomes de origem curda foram obrigatoriamente convertidos em turcos, no

momento em que o povo passou a ser conhecido como “turcos das montanhas” (Vásquez, 2016), o regime de Ataturk alinhado ao fascismo italiano e o nazismo alemão considerava as execuções em massa um método político (VÁSQUEZ, 2016, p. 46).

É importante evidenciar que a Turquia desde o século XX manteve a imposição de sua hegemonia cultural sob os curdos, mas não só nesse caso que os curdos foram mais negados pelo discurso público:

Durante a consolidação dos Estados-nação, a população curda foi vista como um obstáculo para a construção dos projetos estatais, sendo assim, a questão curda foi abordada desde uma perspectiva hegemônica estatal onde se estabeleceram políticas de assimilação e exclusão junto com outras de repressão da cultura e das tradições (LOPÉZ CASTILLO, 2019, p. 67).

A Turquia adotou medidas nacionalistas, como a República dos Jovens Turcos. O movimento de cunho nacionalista era agressivo e o slogan “uma língua, uma nação, um país (ÖCALAN, 2008, p.22) tinha o objetivo de modernizar e consolidar o Estado turco. A República dos Jovens Turcos era mais uma ferramenta de imposição do nacionalismo e política de assimilação para apagar outras culturas que não a turca. Somente na segunda metade do século XX, quando surge o movimento estudantil de orientação de esquerda e a partir de debates entre intelectuais da esquerda política curda a conscientização da existência de uma identidade curda começou a ser difundida (ÖCALAN, 2008, p. 24):

Os curdos revolveram se organizar em forma de partidos para tentar mudar a situação e garantir voz perante a sociedade, visto as perseguições e opressões que o povo sofria, assim cria-se no Bakur (Curdistão do norte) vários partidos políticos (ROMANO, 2006, P. 47).

Um desses partidos da esquerda turca foi o Partido dos Trabalhadores do Curdistão, Abdullah Öcalan líder do PKK lidera a formação do partido em 1978. De acordo com o pensamento da organização, a criação de um Estado curdo independente seria a solução para o fim do histórico de violência e perseguição que os curdos sofreram por parte da República da Turquia, “a organização iniciou uma luta armada contra seus opressores” (ANDERSON; EGRET, 2016, p. 52). O PKK tinha como prática a luta armada para combater a opressão que a comunidade curda sofria pelo Estado e devido a sua base socialista, declarou-se como anticolonial (VAN BRUINESSEN, 1992, p. 49).

O PKK foi cofundado por Sakine Cansiz (1958-2013), que era uma das duas mulheres presentes no congresso de fundação do PKK. Cansiz articulou o movimento curdo ao lado de Öcalan e realizou um trabalho de base como militante do partido na preparação política de mulheres, reivindicando espaços para aumentar a participação feminina. Através de seu trabalho de mobilização e formação política, a luta contra o patriarcado foi sendo incluída ao projeto de libertação nacional.

1.1.2 Basûr (Curdistão do Iraque)

No Iraque, a situação também foi cruel, três revoltas foram fracassadas e sangrentas, o formado Reino do Iraque teve o poder transferido pelo império britânico, a atitude tomada pelos britânicos pode ser explicada pelo fato de ter sido descoberto petróleo em Kirkuk e essa região ocupada pelos curdos foi anexada ao Iraque para que assim os britânicos tivessem o controle da região. Dentro desse território os árabes eram maioria e exerciam hegemonia sobre a minoria curda, Mahmud Barzani foi a liderança dos levantes curdos que acabaram sendo derrubados pelo exército britânico.

O recém formado Estado iraquiano também começou um projeto político para diminuir os direitos das minorias étnicas no território e promover o pan-arabismo ou “programa de arabização⁵”, com o intuito muito claro de constituir uma única identidade unificando as etnias para então tornar o Estado iraquiano uma unidade e assim obter o controle total do território e o poder para controlar a produção, exploração e comércio do petróleo. Não podemos deixar de mencionar como essa região do Oriente Médio é rica em combustíveis fósseis e as contradições que trazem um país que possui campos petrolíferos pelos interesses das potências imperialistas sobre o petróleo. Essa política gerou revoltas, em meio a elas se levantou a figura de Mulla Mustafá Barzani, o líder do movimento nacionalista do Curdistão iraquiano, o objetivo do movimento de Barzani já era a criação de um Estado independente (Rodrigues, 2010).

As revoltas lideradas por Barzani, no posto mais alto do Partido Democrático do Curdistão (PDK) provocaram ações militares no Iraque, que colocou os clãs de Barzani e seus guerrilheiros na fronteira com o Irã, na liderança do PDK, Barzani conseguiu

⁵ O chamado “programa de arabização” do governo iraquiano procurava substituir a população original curda por colonos árabes (VÁSQUEZ, 2016, p. 48).

reconstruir os laços da sociedade curda no âmbito cultural, nacional e militar (VÁSQUEZ, 2016, p. 48). Foi quando Barzani e os Peshmerga⁶ se instalaram em Rojhilat (Curdistão iraniano) em Mahabad, lá o movimento nacionalista estava ativo, então a República de Mahabad foi proclamada em 1946 tendo Barzani no posto de general.

Houveram três guerras envolvendo os curdos e governo do Iraque que ficaram conhecidas como guerras curdo-iraquiana. A primeira foi de 1961 a 1970, tropas de Barzani eliminaram uma brigada inteira do exército iraquiano na vitória do Monte Hendrin. A segunda guerra foi de 1974 a 1979 e terminou com Barzani sendo derrotado e refugiado no Irã. A terceira guerra curdo-iraquiana foi comandada por Masoud Barzani⁷ e ocorreu de 1983 a 1988 e foi a mais cruel entre as três. Saddam Hussein estava no governo, quando foram cometidos os crimes mais brutais contra os curdos que ficaram conhecidos como Al Anfal, que significa uma surra ou capítulo do Alcorão, traduzindo como “saques de guerra” (VÁSQUEZ, 2016, p. 48). Al Anfal foi uma espécie de campanha genocida no regime de governo de Saddam Hussein, em 1987 e 1988, contra a população curda e também contra outras minorias, cerca de 182.000 curdos foram assassinados (Anderson; Egret, 2016).

O partido do Baath, partido de Saddam Hussein, tomou o poder em 1968 por meio de um golpe militar. Houve mais uma guerra entre o Estado Iraquiano e os Peshmerga de Barzani, o PDK foi apoiado pela CIA (Agência Central de Inteligência) e do Mossad israelense (Serviço Secreto Israelense) esperando que o movimento nacionalista pudesse desestabilizar o pan-arabismo (Anderson; Egret, 2016). Quando o partido do Baath tomou o poder, a política de arabização foi cada vez mais intensificada e a situação ficou mais complicada, com isso os combates envolvendo os Peshmerga e o Estado aumentaram, o que já estava complicado ficou oscilando entre enfrentamentos e cessar fogo (Rodrigues, 2010).

No ano de 1975 a insatisfação com o Partido Democrático do Curdistão (PDK) levou à separação e um novo partido se formou, a União Democrática do Curdistão

⁶ “Aqueles que enfrentaram a morte” em curdo. São as forças armadas do Curdistão iraquiano (Glossário- A Revolução Ignorada: liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio, 2016, p. 11).

⁷ Líder do PDK desde 1979 e presidente do KRG desde 2005 e chefe do poderoso clã tribal Barzani (Vásquez, Glossário, 2016, p.10).

(PUK) se declarava de esquerda, o PUK também iniciou luta armada para implantar o Curdistão independente (ANDERSON; EGRET, 2016, p. 58).

Os dois partidos dentro do território - PDK e PUK possuíam visões diversas, o que dividia os curdos e gerava conflitos paralelos aos que ocorriam com o Estado iraquiano. Essa divisão favorecia as práticas de opressão do partido de Saddam Hussein, Baath. A união dos partidos propunha o fim dos conflitos e a criação da Frente Nacional de Oposição iraquiana, com o objetivo de unificar o povo curdo (Peixinho, 2010). Entretanto, os partidos se enfrentaram nos anos 1990 quase chegando a uma guerra civil, que não chegou as vias de fato por intervenção dos EUA (GUNTER, 2011, p.15).

Após a derrota do exército iraquiano, cujo território fora invadido pelos EUA em 1990 e 1991, os curdos no Bashur começaram a disputar o controle da região, durante o levante conselhos e sindicatos foram estabelecidos em oposição ao antigo regime iraquiano (ANDERSON; EGRET, 2016, p. 59). Por meio de um acordo firmado entre PDK, a União Patriótica do Curdistão (PUK) e o governo iraquiano instaurados pelos Estados Unidos o Governo Regional do Curdistão⁸ (KRG) foi criado (ANDERSON; EGRET, 2016):

A oportunidade curda surgirá com a Guerra do Golfo e o subseqüente abandono do Curdistão Iraquiano pelo Governo Central de Saddam Hussein em 1992. Na realidade a criação do KRG (Kurdish Regional Government) é o momento mais importante do movimento nacional curdo, possibilitando a criação de um Estado de facto (PEIXINHO, 2010, p.101).

Governo Regional do Curdistão⁹ (KRG) criado em 1991 e independente *de jure* (*de fato*¹⁰) em 2005 surgiu da organização dos curdos no Iraque em meio aos conflitos entre Iraque e Irã. De 1968 a 1989 período de duração da campanha de al-Anfal, um número entre 100.000 e 200.000 civis curdos foram vítimas de massacre com o uso de armas químicas além da sua prisão em campos de concentração.

Nos anos 1990, o KRG permitiu que o PKK- Partido dos Trabalhadores do Curdistão, e o PJAK- Partido da Vida Livre do Curdistão estabelecido em Rojhilat

⁸ É a região autônoma curda do Curdistão Iraquiano. Possui parlamento, governo, forças armadas próprias. São praticamente um Estado independente (Vásquez, Glossário, 2016, p. 10).

⁹ Kurdish Regional Government ou Governo Regional do Curdistão é a região autônoma curda do Curdistão Iraquiano, possuindo parlamento, governo e forças armadas. Praticamente um Estado independente (Glossário, Vásquez, 2016, 2016).

¹⁰ A expressão “*de jure*” é utilizada pela linguagem jurídica para designar aquilo que está na lei, contrastando com a expressão “*de facto*”, que significa aquilo que está na prática (CSRPC, 2016).

(Curdistão do Irã) fixassem bases nas montanhas de Qandil, no norte do Bashur. Essa permissão causou diversos ataques e invasões aéreas e terrestres por parte dos militares turcos apoiados pelos EUA que queriam destruir as bases do PKK (Anderson; Egret 2016).

Os curdos conquistaram a formação do Governo Regional do Curdistão, o KRG, sendo Massoud Barzani o Presidente. Conseguiram com a conquista do território controlar a produção e a venda de petróleo (Rodrigues, 2010). Neste mesmo ano, o Curdistão iraquiano de fato se tornou independente, o Bashur é governado por um partido pró-Turquia, representando os interesses dos EUA e do Estado de Israel.

Foi criada uma espécie de “Estado com uma constituição federal provisória” (Vázquez, 2016) chamado Reino do Iraque, mas controlado pelos britânicos que funcionou até a sequência de golpes militares que levaram o partido do Baath¹¹ ao poder no ano de 1968. Os curdos formaram então, em 1946, o Partido Democrático Curdo e em 1975 a União Patriótica do Curdistão, e até 1979 tiveram trégua com o partido do Baath quando Saddam Hussein chegou ao poder (CSRPC, 2016).

No contexto do Oriente Médio e se tratando do Iraque, não podemos deixar de mencionar o interesse dos Estados Unidos e a sua dependência em relação ao petróleo. Em duas ocasiões o Iraque foi invadido pelos EUA e pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1990 e em 2003 (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda, 2016). No Iraque se encontram as maiores reservas mundiais de petróleo

[...] a dependência norte-americana do petróleo está por trás da guerra do Iraque de 2003 e o objetivo principal seria substituir um regime hostil a um que fosse mais favorável. A importância estratégica do petróleo do Iraque é inegável e a determinação norte-americana em garanti-lo ganhou forma mais especificamente a partir da doutrina Carter (ex-presidente dos EUA), em 1980, pela qual os Estados Unidos teriam acesso ao petróleo, utilizando-se inclusive da força militar, caso necessário fosse (COSTA, 2009, p. 38).

Os conflitos entre Irã e Iraque se deram quando Saddam declarou guerra por quase dez anos contra o Irã, nesse período os curdos no Iraque foram o alvo de brutalidades do governo de Saddam, por ocuparem um território iraquiano de interesse

¹¹ Ou Partido Socialista Árabe Baath, foi fundado na Síria em 1947 e propunha a união dos países árabes – e o socialismo de inspiração árabe. Teve ramificações no Iraque e no Líbano. Porém, devido às suas cisões praticamente desapareceu, embora ainda seja presente na Síria. Saddam Hussein no Iraque e a família Assad na Síria foram dois importantes chefes de Estado do partido (Glossário, Vázquez, 2016.)

do governo para extração e exploração de recursos, além do fato dos curdos estarem lutando por sua autonomia no território do Curdistão iraquiano.

Em 1990, na primeira Guerra do Golfo, o Iraque invadiu o Kuwait também produtor de petróleo, “no Kuwait, os Estados Unidos mantêm a gigantesca base Camp Doha, desde o final da Guerra do Golfo, a qual em 2003 foi de bastante valia como plataforma para a invasão terrestre do Iraque (COSTA, 2009, p. 38). “A Guerra do Golfo foi o primeiro conflito militar internacional em que o controle de reservas de petróleo desempenhou papel central! (FUSER, 2008, p. 175).

1.1.3 Rojhilat (Curdistão do Irã)

Irã é o segundo país produtor de petróleo do Oriente Médio e também passou por conflitos por conta dos interesses imperialistas sobre a região. Com a revolução em 1979, o regime do Irã se transformou em uma República Islâmica, o poder passou a ser controlado por extremistas islâmicos e com isso veio a resistência aos valores ocidentais e o fortalecimento do Islã puro como orientações para nova ordem em diante

O Irã até hoje mantém esse posicionamento mais inflexível e que pode gerar preocupações ao mercado do petróleo, especialmente tendo em vista seu crescimento econômico e industrial e os precedentes abertos à época da revolução (COSTA, 2009, p. 43).

Durante a Revolução Constitucional do Irã de 1906 os curdos em território iraniano tinham começado a se organizar para conquistar autonomia, a constituição data antes da Primeira Guerra Mundial e não reconhecia o povo como uma etnia e, portanto, não constavam direitos que reconhecessem aos curdos nem sua cultura. Uma série de organizações civis e políticas foram criadas entre 1906 e 1925 para conquista e garantia dos direitos dos curdos no Irã (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda, 2016).

Durante a revolução constitucional de 1906-1925, os curdos do Irã conseguiram desenvolver organizações políticas e da sociedade civil. Entretanto, a partir de 1925, o regime do Xá com apoio do Ocidente impôs “persianificação” sobre os curdos e demais minorias. A língua foi proibida, líderes políticos foram presos, jornais e organizações

foram reprimidos. O Curdistão iraniano foi ocupado pelas forças militares do Xá resultando no deslocamento massificado curdo (Anderson; Egret, 2016).

Durante o século XX existiu um Estado curdo, onde Simko Shikak, o líder, protagonizou duas guerras. Ismail Agha Simko¹² foi o líder da revolta de Simko nos anos 1920. Após o final da Primeira Guerra Mundial, Simko declarou a independência da região do Curdistão onde ele governava, o exército do Irã atacou a região durante quatro anos (Rodrigues, 2010).

Quando a Pérsia se aliou à Alemanha nacional-socialista na Segunda Guerra Mundial, foi proclamada a República de Mahabad em 1946, por ação do Partido Democrático do Curdistão do Irã (PDKI)- formado em 1945, primeiro governo curdo anunciado por Qazi Muhammed¹³. A República de Mahabad, se torna um exemplo de Estado moderno curdo para o movimento nacionalista em outras partes do Curdistão (Gunter, 2011).

Dependia do apoio da União Soviética que havia ocupado parcialmente a Pérsia, mas quando os soviéticos se retiraram a República de Mahabad entrou em colapso e seus dirigentes foram executados. Foi a primeira organização política articulada pelos curdos, teve uma curta duração entre 1945 e 1946 “um governo que dignificou a língua curda e repartiu as terras dos proprietários fiéis ao xá entre os camponeses” (VÁQUEZ, 2016, p. 45). Com o fim da República do Mahabad, o Xá adotou as mesmas medidas praticadas pela Turquia para fortalecer o Estado iraniano como unidade (RODRIGUES, 2010).

Em 1979 eclodiu a Revolução Iraniana, no início teve apoio dos curdos para tirar o Xá do poder, com a Revolução surge o líder islâmico xiita Aiatolá Khomeini e assume o Governo do Irã (Rodrigues, 2010). Por se tratar de um governo teocrático, foi implantada a ideia de identidade islâmica com o intuito de unificar e garantir que o Irã não fosse dividido (Romano, 2010). Com a Guerra Irã-Iraque, os curdos do Irã reconheceram uma oportunidade para criar o Curdistão oriental barganhando junto ao governo a participação dos guerrilheiros curdos para expulsar o exército iraquiano (Romano, 2006), porém o acordo foi negado.

¹² Shikak ara o nome do grupo curdo que Ismail Agha Simko era chefe.

¹³ Líder nacionalista e chefe da República do Curdistão.

O regime de Khomeini atacou militarmente o oeste curdo por anos, em 1967 sob o regime do Xá, uma organização nacionalista de esquerda curda chamada Komala foi formada em Teerã (capital do Irã) Khomeini via os movimentos curdos como ameaça à revolução após 1979 (Anderson; Egret, 2016). O PDKI e Komala entraram em luta armada contra o atual Irã. Entre 1979 e 1983 ocasião da Revolução Islâmica, o Estado conseguiu esmagar o levante atando 10 mil pessoas de ambos os lados (Anderson; Egret, 2016).

O Partido por uma Vida Livre no Curdistão (PJAK) se estabeleceu no ano de 2005, envolvido com luta armada contra o Estado iraniano, possuía bases junto ao PKK nas montanhas de Qandil, apoiando as operações militares do PKK. Os dois partidos atuavam em conjunto, tanto o PJAK entrou na Turquia para lutar ao lado do PKK como o PKK entrou no Irã para lutar ao lado do PJAK (Anderson; Egret, 2016). Devido a isso, o PJAK recebeu influência ideológica do PKK tanto nas táticas de guerrilha quanto nos direitos das mulheres, como consequência o PJAK adotou a atuação de mulheres na guerrilha, 50% do contingente atual do grupo é formado por mulheres (RODRIGUES, 2010, p. 55). A Turquia e a República Islâmica anunciaram em 2011 operação militar contra o PKK e o PJAK, o Irã por sua vez, realizou ataques e bombardeios nas montanhas de Qandil, além de realizar vigilância através de drones (Anderson; Egret, 2016). O Estado iraniano reprime expressões de solidariedade aos movimentos curdos. Centenas de opositores já foram executados pelo Irã, inclusive os curdos.

Os curdos foram reprimidos mediante uma campanha de “persianificação” iniciada pelo Xá¹⁴, o que resultou em “deslocamento forçado, desaparecimento de lideranças civis e políticas, proibição da língua e da cultura curda e ocupação militar em regiões curdas” (Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda, 2016). A situação do povo não melhorou, pelo contrário, em 1979, ano da Revolução Iraniana¹⁵, o líder Khomeini derrotou o regime do Xá, que era despótico e implantou um regime fundamentalista. Aumentou as leis e as ações contra os curdos com uma sequência de ofensivas militares no norte do Irã, onde vivia a população de maioria curda. O regime do Xá teve apoio dos Estados Unidos juntamente com a CIA (Agência Central de Inteligência), seus agentes estavam ao mesmo tempo apoiando a repressão dos curdos por parte do governo e às revoltas curdas contra o Estado iraquiano.

¹⁴ Mohammad Reza Pahlavi foi o último Xá do Irã de 1941 até 1979.

¹⁵ Depôs o regime monárquico para instaurar uma República Islâmica.

1.1.4 Rojava (Curdistão da Síria)

O acordo de Sykes-Picot definiu que o território relativo à Síria ficaria sob o domínio da França, durante este período a Síria era um protetorado francês¹⁶, a população curda não sofria com perseguições, muitos eram refugiados vindos da Turquia, fugidos da repressão dos anos 1920 e 1930. Em 1946, a República Árabe da Síria obteve sua independência e logo começou a atacar os “inimigos internos” e 200.000 curdos tiveram seus documentos de identidade retirados e foram declarados apátridas (ANDERSON e EGRET, 2016, p.61) os curdos perderam a nacionalidade síria e foram considerados “estrangeiros” ou “ocultos”. A maioria árabe iniciou a “espoliação” que pelo Decreto 93 tirou dos curdos o território e a condição de cidadão sírio (Vásquez 2016).

A Síria teve sua independência da França em 1946, como uma República constitucional, liberal-democrática e parlamentar, foi a primeira no mundo árabe e no Oriente Médio. O evento da independência foi marcado por um bombardeio aéreo francês em Damasco, quando os franceses sob pressão britânica se retiraram do território, centenas de civis morreram no bombardeio. O presidente Hafez al-Assad permaneceu no poder de 1970 até 2000, ano em que seu filho Bashar al-Assad assume, somando cinquenta anos do partido do Baath autoritário no governo sírio. Logo após sua independência se voltou contra os curdos, aproximadamente 200.000 perderam a identidade e foram declarados apátridas, o que possibilitou a apropriação de suas terras por parte da nova República da Síria. Foi criado um cinturão árabe em 1973 que compreendia a fronteira com o Estado da Turquia, de onde 150.000 curdos foram desalojados sem nenhum tipo de compensação. Nas décadas de 1980 e 1990 os curdos demandaram reconhecimento da cultura e de direitos civis o que gerou “intervenções mortais da polícia síria ou, em alguns casos do exército” (CSRPC, 2016).

O governo da Síria, assim como os outros governos da região, tomou medidas que negavam direitos políticos ao não conceder a cidadania síria e nem documentos, além de proibir o idioma curdo. O governo queria com isso impedir que um movimento nacionalista curdo surgisse e ganhasse forma na Síria, para que os curdos não se

¹⁶ A Síria estava sob a autoridade da França, possuía alguma autonomia, mas a França tinha a palavra final em assuntos importantes em relação às relações externas, segurança e finanças, por exemplo.

organizassem e não se revoltassem como no Iraque, Turquia e Irã. (NASCIMENTO, 2017, p. 62) Sob o governo dos Assad, foi aplicado um conjunto de leis que proibiu a língua e qualquer traço da identidade curda (VÁSQUEZ, 2016, p.50), uma vez que não provocaram revoltas como os curdos de outras partes do Curdistão. A população não era tão expressiva na Síria como em outros lugares da região e, na época, devido a isso, se ocorressem revoltas, eles não conseguiriam resistir como nas outras localidades (NASCIMENTO, 2017, p. 62).

As medidas de assimilação e apagamento cultural da identidade curda foram eficazes até certo ponto. Em 1957, foi fundado o Partido Curdo Democrático da Síria (KDPS) (STOKES, 2009) um espaço de luta para reivindicar os direitos. Como a repressão foi muito grande nesses países, as proibições de expressão no próprio idioma e inclusive do batizado dos filhos com nomes de origem curda, foi imposta em 1992, assim como em outras partes do Curdistão (GUNTER, 2011).

O governo sírio emitiu a Declaração para Mudança Democrática Nacional, essa declaração previa soluções democráticas para questão curda na Síria, no tocante ao tratamento igual entre os cidadãos curdos e sírios (que tinham status de nacionais) nos direitos civis, cultura e idioma. Porém, Bashar Al-Assad não determinou o tempo para o início de vigência da declaração (GUNTER, 2011).

Durante os anos 1970, o governo sírio pretendia criar um “cinturão árabe” 150.000 curdos foram retirados do Oeste (Rojava) e árabes foram colocados no lugar deles, os curdos reivindicaram, protestaram por independência e foram atacados pela polícia e exército com violência (ANDERSON; EGRET, 2016).

Foi nos anos correspondentes à Guerra Fria que o PKK da Turquia esteve dentro do território da Síria, permitindo o contato entre os curdos dos dois estados mais adiante nos anos 1980, a Síria serviu de esconderijo do PKK. O contato com o partido fazia parte de uma estratégia do estado sírio contra o estado turco, essa ligação se manteve até 1988 quando a saída do PKK foi exigida pelo estado a fim de evitar ataques. Com isso muitos curdos se juntaram à guerrilha, a ideologia do PKK teve impacto nos curdos de Rojava, o líder Abdullah Öcalan foi refugiado por alguns anos na Síria sendo expulso em 1998 e encontrado e preso no Quênia em 1999 (ANDERSON; EGRET, 2016).

A repressão contra os curdos foi ficando mais intensa, diante disso em 2003 foi fundado o Partido da União Democrática (PYD) com fortes influências do PKK. Rapidamente o PYD se instalou em Rojava dando início as atividades de propaganda e agitação política e foi reprimido pelo regime Assad, mas não foi destruído. Foi o partido com expressiva participação no movimento de libertação curda em Rojava em contato com a população, articulando a construção e atuação de conselhos populares, comitês e assembleias sendo uma das organizações ativas no projeto do Confederalismo Democrático¹⁷ proposta de Öcalan.

Manifestantes foram mortos pelas forças do regime durante protestos Qamislo em 2004 e 2008, no ano de 2004 houve um levante que teve início por torcedores de um time de futebol árabe, seguravam fotos de Saddam Hussein, incendiaram escritórios do partido Baath e derrubaram uma estátua de Hafez Al-Assad (ANDERSON; EGRET, 2016, p.62). Foi nesse ponto que o PYD começou ativamente a formar as unidades de autodefesa que defenderiam os curdos: YPG- Unidades de Defesa Popular (*Yekineyên Parastina Gel*) e anos mais tarde, formaram as YPJ – Unidades de Defesa das Mulheres (*Yekineyên Parastina Jinê*) que nada mais são do que a proteção do povo curdo aos ataques das forças militares do regime sírio. Os curdos já estavam organizados quando os protestos estouraram na Síria em 2011, que foi chamada Primavera Árabe, movimentos reformistas pró-democracia no Oriente Médio, que foram reprimidos pelo governo. Alguns movimentos estavam se manifestando por causas legítimas como reformas sociais, políticas e econômicas, porém haviam grupos infiltrados por potências estrangeiras e nações regionais opositoras (BUZETTO, 2019, p. 180).

As manifestações que começaram a cidade de Daara por descontentamento com o regime ditatorial de Assad, que vinha desde 2000 quando assumiu o lugar de seu pai Hafez al-Assad. A população principalmente jovens começaram a ir às ruas, a resposta do Estado foi a repressão e a violência. O confronto se deu entre as forças sírias e os grupos de rebeldes, vários grupos sem uma liderança definida que pretendiam despor Assad do poder, entre as reivindicações da população descontente estavam o aumento dos índices de desemprego e da inflação, a desigualdade social e a pouca transparência política (RICCI, 2016, p. 29). A onda de protestos e manifestações que iniciaram de forma pacífica evoluíram para um cenários de guerra envolvendo relações de interesses

¹⁷ É o projeto político proposto por Abdullah Öcalan em 2005, consiste em uma administração democrática nas bases da sociedade, na participação direta das pessoas e na superação do Estado-nação.

internos e externos mais profundos e complexos que tinham por trás a ação dos Estados Unidos.

A Síria ao lado do Irã e da Coréia do Norte era um dos países considerados terroristas por George Bush. O maior interessado na derrubada de Assad do poder eram os Estados Unidos, aliado à União Europeia, OTAN e a nações do mundo árabe: Turquia, Qatar, Arábia Saudita, Bahrein, Israel, Jordânia, Kuwait e Emirados Árabes Unidos conspiraram para que grupos terroristas se infiltrassem na Síria. Financiaram armas e equipamentos militares, colocaram serviços de informação de cada país através de agências governamentais para espalhar fake news. De forma breve e resumida, houve uma “revolução colorida”, ou seja, a tentativa de provocação na mudança de regime por meio de protestos controlados, promovidos por uma oposição favorável aos interesses ocidentais (VÁSQUEZ, 2016, p. 83).

Nesse contexto geopolítico, temos que destacar que os Estados Unidos mantêm suas tropas no Oriente Médio e vêm orbitando o Curdistão sírio e se aproximando de tropas de alguns setores militares curdos, através das Forças Democráticas Curdas (BUZETTO, 2019, p. 143). Os Estados Unidos fornecem armas, equipamentos, dinheiro e treinamento. O pretexto desses setores curdos para não se opor ao imperialismo norte-americano é o de conseguir o apoio financeiro para continuar a busca pela construção da Confederação Democrática Curda (BUZETTO, 2019, p. 143). Entretanto, fazendo uma breve análise da política externa norte-americana, é possível interpretar que em jogo estão objetivos estratégicos, o interesse está nas reservas de petróleo que estão localizadas no território controlado pelos curdos.

A Primavera Árabe e os conflitos armados na Síria foram marcados pela disputa entre Estados Unidos e sua política externa imperialista/colonialista buscando recuperar sua hegemonia no Oriente Médio com o apoio de aliados regionais e a vitória de Assad e seus aliados Rússia, Guarda Revolucionária Iraniana, Hezbollah libanês e das Unidades de Defesa curdas que atuaram contra o Estado Islâmico e tropas turcas na fronteira Síria-Turquia.

1.2 Autonomia Curda em curso

Nas quatro países que forma o Curdistão houveram lutas por libertação, conflitos entre sociedade e Estados, a presença de guerrilha e mais recente a Revolução de Rojava. Condições históricas levaram os curdos a assumir uma forma de vida revolucionária e libertária, a organizar um partido que vem a ser o PKK- Partido dos Trabalhadores do Curdistão. Aos curdos do território sírio foi possível operar fora da ordem: eles estavam submetidos ao governo estatal sírio, mas entre o povo curdo não havia um poder centralizado como um Estado-nacional burguês, não existiu e não existe o Estado do Curdistão.

A importância da experiência curda em curso está na práxis social, no cotidiano das lutas do povo curdo, está na educação, na auto-organização e autodefesa. A organização dessa nova sociedade composta por cantões, comunas autônomas ligadas umas às outras por uma estrutura confederada para coordenação e segurança de princípios comuns. O Confederalismo Democrático, o modelo social, político e econômico, liderado por homens, mulheres e pela juventude. Não é estatista e tem como pilares o ecologismo e a liberdade. Os postos de liderança dos conselhos para tomada de decisões são representados 50% por homens e 50% mulheres.

As mulheres curdas possuem um forte protagonismo no movimento de libertação e na luta pela autonomia, em sua defesa e defesa do povo. Lutaram inclusive por espaço dentro das organizações do movimento curdo formando o Partido das Mulheres Livres do Curdistão (PJKK) e as Unidades de Defesa das Mulheres (YPJ), o grupo militar de mulheres guerrilheiras estava no front de batalha contra o Estado Islâmico (EI) na tomada de Kobane, em 2014 o cantão foi invadido pelo EI, algumas mulheres foram capturadas e mantidas prisioneiras. As mulheres já eram ativas politicamente e também nas áreas militares, mas com as ações do EI a dinâmica de luta mudou significativamente, antes a atuação militar estava atrelada à luta pelos direitos das mulheres contra o patriarcado e com a presença do EI a luta passou a ser por sobrevivência.

A Jinealogia (Jinealogî), a palavra é a junção de *jin* (mulher) e *jiyan/jin* (vida), a ciência da mulher ou ciência da vida, uma epistemologia que versa a respeito do

processo de emancipação das mulheres, sua práxis revolucionária em autoformação e autogestão. A Jinealogia é parte fundamental para articulação do movimento das mulheres curdas, fazendo parte de todo arcabouço teórico da revolução e principalmente da vida social de toda comunidade, diretamente ligada a educação libertária, para superação do patriarcado. As assembleias são por si mobilizadoras não instituições cosificadas, mas como movimento de mobilização prática da gestão da vida cotidiana. A autonomia nesse processo está na superação da ordem capitalista e na reorganização das relações sociais.

Se tratando da economia de Rojava, a região é predominantemente agrícola, e rica em recursos naturais como o petróleo. A região era responsável pela produção de matérias-primas agrícolas processadas no lado ocidental do país e fornecia petróleo para refinarias do oeste da Síria. Entretanto, com a situação conflituosa e o acentuamento da guerra, grande parte do dinheiro do governo “cerca de 70% do orçamento do governo autônomo é usado na defesa, retirado da venda local de derivados do petróleo, dos fundos comunais e dos poucos intercâmbios comerciais nas fronteiras” (ROMERO, 2016, p. 166).

O modelo produtivo desenvolvido pelo governo autônomo em Rojava é a economia social, estruturada em cooperativas ligadas às comunas descentralizadas e cooperando entre si. Existe um esforço para que seja possível já que a economia estava mais consolidada na produção de grãos e extração de petróleo e houve a expropriação dessas terras pelo Estado sírio. Dos três cantões de Rojava, Cizîrê representa a fonte econômica principal pois, possui solo fértil para produção de trigo e cevada, além de ser onde estão as maiores reservas de petróleo. Afrin baseia sua economia na produção de trigo e de azeite, o cantão se localiza isolado no noroeste da Síria e por isso foi o cantão mais afetado pelo embargo comercial turco.

A população de Rojava teve que construir uma alternativa econômica para sobreviver que é a economia social ou economia comunitária. Nesse modelo, a proposta está na produção comunitária, local e autossuficiente para atender as necessidades mínimas da população e que tenha caráter ecológico, diferente do modelo de produção capitalista e seu padrão destrutivo da natureza e do meio ambiente. As cooperativas geridas pelos trabalhadores organizados em comunas são o modelo econômico principal

de Rojava, as principais são agrícolas, além de haver cooperativas de gado, de serviços, de sindicatos e de indústrias (ROMERO, 2016, p. 167).

De acordo com Öcalan (2008) a questão curda se configura como um dos conflitos mais complexos e mais violentos do Oriente Médio, conforme vamos dissertar neste trabalho. Os curdos ao longo dos anos vêm se articulando politicamente, organizando a sua sociedade buscando uma solução o reconhecimento do território, da autonomia e autodeterminação como povo. O processo de Rojava que está em andamento vem se mostrando uma experiência histórica, social e política de organização popular como as condições materiais permitiram e permitirão.

2 TRAJETÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DO CURDISTÃO (PKK)

A trajetória de atuação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (Partiya Karkerên Kurdistan) PKK, no movimento curdo de libertação nacional não se inicia precisamente no ano de sua fundação em 1978 na Turquia. A sua fundação é resultado de acontecimentos ocorridos no país no que diz respeito ao contexto social, político e econômico. Portanto, para entender a formação, desenvolvimento, de objetivos, táticas e estratégias do partido curdo-turco, passando para declaração da luta armada contra o Estado turco em 1984, precisaremos analisarr as mudanças internas na Turquia que impactaram a política do país

Após o Tratado de Lausanne de 1923, no ano de 1925 houve no território turco a primeira revolta curda liderada por Skeik Sid, líder religioso. Essa primeira revolta não obteve resultados pela falta de estruturas políticas, a população curda não era tão organizada politicamente afim de lutar por direitos. O nacionalismo curdo só vai ressurgir na década de 1950 quando foi estabelecido um sistema multipartidário no país, aliado a Constituição de 1961 considerada liberal o que abriu caminho para o surgimento de associações culturais, sociais e políticas que ajudaram na popularização de debates aumentando a preocupação com o tema da questão curda.

Os primeiros grupos nacionalistas formados por intelectuais militantes da causa curda surgiram nesse contexto, os quais foram se tornando mais fortes em meio aos protestos de camponeses que reivindicavam melhoras nas condições de vida. Havia participação curda na política turca quando na década de 1960 surgiram as organizações de esquerda, influenciadas pelas lutas anticoloniais e anti-imperialistas, junto com as organizações e as manifestações da esquerda surgiram novas lideranças ligadas aos camponeses, sindicatos, e a juventude urbana que foi se fortalecendo com a manifestação de grupos de intelectuais.

As organizações se dividiam em duas correntes dominantes, os socialistas revolucionários, atuantes no parlamento e na política institucional e os nacionais democratas revolucionários, esses não atuavam na política institucional por não apostarem nela como meio de transformação social, também não atuavam em guerrilhas embora pregavam a violência de massas como forma de luta.

A década de 1970 ficou marcada pelo golpe de Estado de 1971, o que mudou a atuação do campo da esquerda que teve as liberdades políticas cassadas, dando início a um processo de crise política no país. Medidas de segurança foram inauguradas no leste da Anatólia, tropas militares foram colocadas em vilarejos curdos para perseguir e prender políticos rivais.

Nessa década foi quando os chamados “clubes de debate” começaram a se formar nas universidades, desdobramentos da agitação da juventude urbana em que a Federação de Clubes de Debate se reorganizou sob o nome Federação da Juventude Revolucionária. Com seis intelectuais advindos da esquerda e de um grupo clandestino após o fim da Associação de Ensino Superior de Ankara (AYOD), uma organização estudantil que foi criminalizada, se constitui o grupo que se proporia a lutar pela emancipação curda, de viés leninista. A proposta rompia com a esquerda turca e se auto intitulava “Revolucionários do Curdistão” que futuramente desembocaria na formação do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK).

A existência do povo curdo no território turco não tinha como ser ignorada em todo Curdistão. De modo que a questão curda foi abordada pela esquerda turca e curda, assunto de interesse da política interna para minimizar o espaço para conflitos e confrontos entre Estado e povo, porém, a forma de buscar a solução para a questão curda não foi a mesma de ambos os grupos da esquerda.

Os Revolucionários do Curdistão foi uma das organizações que rompeu com a esquerda turca, o principal motivo era a forma como a colonização era percebida pelos grupos e logo, a forma como cada organização lidava com a luta anti-colonial e os aportes que usaram para combatê-la. Toda formação do PKK e do programa político da organização pode ser visto como um desdobramento teórico e prático que evidenciaram as diferenças.

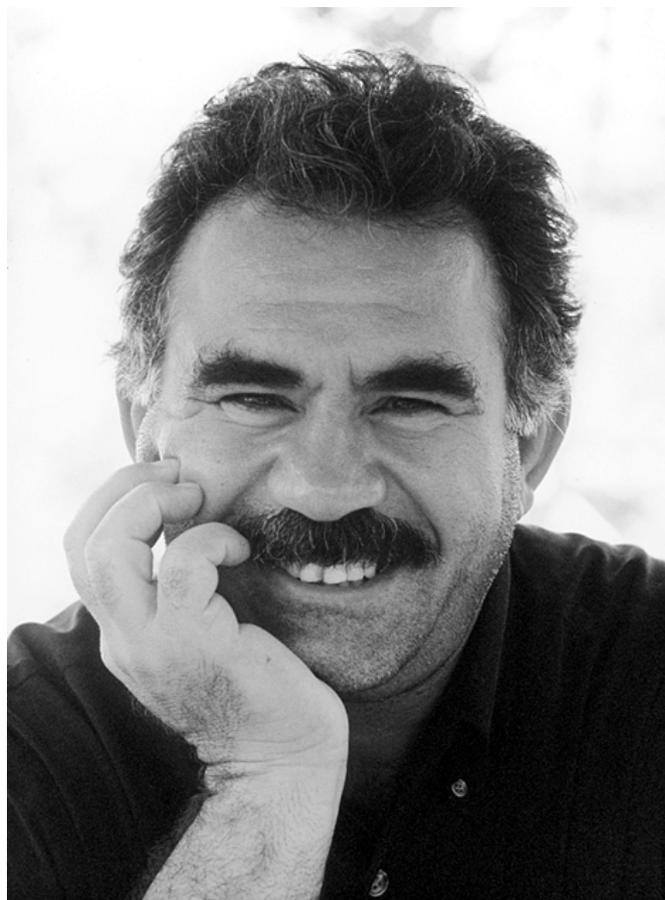
Para a esquerda turca, o Estado turco foi colonizado e portanto, foi afetado pelo imperialismo das potências estrangeiras, a questão anti-imperialista deveria ser enfrentada por todas as organizações da esquerda- turcos e curdos. A questão curda tão defendida pela esquerda curda, seria resolvida quando o Estado turco se livrasse de influências externas, esse seria o caminho mais viável.

Como ambos campos da esquerda não concordavam, uma cisão foi inevitável, a questão imperialista era o ponto de divergência, enquanto que para as organizações da esquerda curda., o Estado turco era colonizado e colonizador do povo curdo..

A colonização do povo curdo foi analisada pelos Revolucionários do Curdistão, tendo sido resumida em fases: a primeira fase de 1925 na revolta do Sheik Said contra o regime Kemalista que durou até 1940; a segunda no período de assimilação cultural dos turcos aos jovens curdos dos anos 1960 em diante; após esse período houve a modernização da agricultura, fomentada pelo Estado usada para romper as relações tradicionais da sociedade curda (Jongerden&Akkaya, 2012, p. 23).

Do lado dos Revolucionários do Curdistão, estavam as principais organizações da esquerda revolucionária turca, como o Partido Comunista da Turquia, o Partido dos Camponeses e Operários da Turquia e o Partido do “Caminho Revolucionário” (Jongerden&Akkaya, 2012; p. 22). Todas essas organizações estavam presentes em uma reunião na cidade turca de Ankara em 1977, organizados politicamente com a intenção de se separarem do restante da esquerda turca, na ocasião, o grupo dos revolucionários tornaram a sua organização pública, teve início o trabalho organizado para estruturação e futura fundação do que se tornaria o Partido dos Trabalhadores do Curdistão em 1978.

Imagem 3- Abdullah Öcalan



Fonte: Wikipedia

Em 1978, no distrito de Diyarbakir, a organização Associação Estudantil Democrática Patriótica de Ankara (APOCUS) formada por dezesseis membros e liderada por Abdullah Öcalan, antecedeu o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que também foi fundado e liderado entre outros por Öcalan, ele esteve preso por sete meses em 1973 acusado de distribuir propaganda ilegal, entre os anos de 1974 e 1978 organizou e criou a APOCUS.

A reunião foi convocada para marcar o início das operações do partido começando pela publicação do documento “A proclamação de independência do PKK” onde constavam os objetivos da nova fase da organização. Nesse momento de formação do partido o cenário que influenciava toda política internacional era uma aparente bipolaridade causada pela guerra fria e o conflito entre os polos socialistas e capitalistas.

O ano de fundação do PKK foi 1978, apenas dois anos após outro golpe militar na Turquia, liderado pelo general Kevan Evran que tomou o poder até 1983. A situação política, econômica e social de toda Turquia era de instabilidade e violência. A ação militar em relação a população curda foi de repressão dos elementos que identificavam aos curdos como a língua, o nome de aldeias e cidades curdas e, inclusive, a alteração dos nomes de origem curda para origem turca nos registros das crianças curdas (Ergil, 2000, p. 127).

O papel que o PKK desempenhou nos primeiros anos de seu surgimento foi o de ser uma organização importante dentro do movimento de libertação curdo, representando o Curdistão turco, com liderança, estratégias, táticas, propaganda e agenda de formação junto aos camponeses e jovens curdos, buscando fortalecer a organização do povo curdo atraindo a sociedade civil para sua agenda política. A organização conseguiu expressivo apoio popular principalmente de homens e mulheres da juventude curda, que enxergavam o partido mais que um movimento político, o reconheciam como um meio para a emancipação social. Boa parte da simpatia popular se deu em parte graças a postura do Estado turco em dismantelar, perseguir e criminalizar organizações curdas democráticas e proibir manifestações da identidade curda. O que os jovens curdos encontravam era uma sociedade dividida e desigual, foi nesse contexto que encontraram no PKK motivação legítima que os representava (Ergil, 2000, p.127). E Öcalan como a liderança política da causa nacionalista curda

estava disposto a levar a luta do PKK adiante, a fim de que ela fosse espalhada angariando apoio para estratégia e com isso conquistar o controle sobre o território habitado pela população curda (Ergil, 2000 p.127)

A estratégia do PKK nos primeiros anos da organização se dividia em duas etapas, a primeira era tomar o poder do Estado e estabelecer uma sociedade sem classes, “como objetivo estabelecer uma ditadura popular democrática num Curdistão unificado e independente e criar uma sociedade livre de classes. A luta de libertação nacional conduzida pelo PKK se fortalece pelos países socialistas e movimentos da classe trabalhadora” (PKK, 1978).

Apesar do partido ter sido fundado na capital da Turquia, Öcalan reconheceu que teria mais apoio e apelo se atuasse na região da Anatólia, que configura uma parte do Curdistão turco ao sudeste do país, onde se localizava uma parte da população curda que almejava a criação de um Estado curdo independente (Bermejo, 2006).

Na década de 1980, uma das estratégias do PKK foi começar um movimento de massas pela criação de uma frente civil chamada “Kurdistan Popular Liberation Front” (RANK). O objetivo era fazer com a frente civil assegurasse rotas de suplemento, inteligência e bases para a guerrilha urbana. Uma das estratégias do PKK foi de não recrutar somente homens, mas também mulheres, visando o maior número de militantes no partido e garantido a igualdade de gênero dentro da organização. A liderança carismática de Abdullah Öcalan- chamado de Apo- também foi um elemento que cooperou para o apoio e legitimidade do partido dado pelos curdos.

Durante o golpe militar de 1980, ocorreram prisões de lideranças do PKK, grande parte dos que compunham o comitê central buscaram exílio na Síria ou na Europa Ocidental. Com dificuldades de agir na Turquia, o PKK buscou parcerias de outras organizações também radicais e marxistas, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), a Liga Comunista do Irã e o ASALA- um grupo guerrilheiro marxista da Armênia (CSRCSP, 2016).

O PKK conseguiu construir fortes bases no Líbano e redes atuantes na Síria e no Iraque, de forma que se tornou a maior organização dentro das esquerdas, turca e curda. Por conta da atuação em mais de um local, o PKK precisou assumir uma posição internacionalista, essa necessidade teve impacto no posicionamento das organizações da esquerda turca na questão curda. Essa postura tornou o PKK o principal centro da resistência de toda a esquerda turca (Bozalan, 2012, p. 25).

A luta armada foi a tática adotada pelo partido, o levante militar foi comunicado no segundo congresso do PKK e em 15 de agosto de 1984 foram realizados ataques a delegacias de Semdinli (na província de Hakkâri) e de Eruh (na província de Siirt). Depois, em 1986 as chamadas Forças para a Libertação do Curdistão- HRK (Hêzên Rizgariya Kurdistanê) passaram a atuar como um exército sendo a frente militar do partido, o Exército de Libertação Popular do Curdistão- ARGK (Artêsa Rizgariya Galê Kurdistan). Toda essa organização levou o início da guerra declarada entre o exército da guerrilha e o exército turco que não estava nem perto de cessar, já que este último continuou formando forças tarefas ao passo que a guerrilha também se armava para combater.

Em uma fase em que predominou o ultra esquerdismo e vanguardismo, o PKK assassinou cerca de 354 homens e feriu outros 366, sendo que uma boa parte deles era de origem curda. A justificativa da organização foi que esses homens eram “fascistas e reacionários”. Autoridades sírias concederam proteção ao PKK, com os desdobramentos do golpe na Turquia em 1980, o líder Öcalan decidiu enviar membros da organização para o Vale de Bekaa, um território situado no Líbano ocupado pela Síria (Bermejo, 2006).

No período de exílio na Síria, foi possível que o PKK estabelecesse bases de treinamento e refúgio para os combatentes do partido sem perder muitos integrantes para repressão podendo formar suas bases para continuar atuado enquanto planejava voltar para Turquia. A condição de exílio fez parte de um jogo político da Síria contra a Turquia usando a figura de Öcalan como “inimigo do meu inimigo é meu amigo” em questões de disputas territoriais como a província de Hatay ou em disputas pelo recurso hídrico dos rios Tigres e Eufrates (Bermejo, 2006). A permanência do PKK na Síria e o contato com curdos foi um dos fatores que cooperou para o que viria a ser a experiência revolucionária em Rojava (CSRPCSP, 2016, p. 170), o tempo de exílio na Síria contribuiu para consolidação do PKK o que tornou sua irradicação impossível (Ergil, 2000).

Em 1986, durante o terceiro Congresso do PKK realizado na cidade de Damasco na Síria, o então líder Öcalan anunciou o objetivo da organização: a realização do recrutamento massivo na região sudeste da Turquia (Bermejo, 2006).

Fez parte da estratégia do partido selar um acordo com Massoud Barzani, a liderança curda do PDK, atuante desde 1979 no Curdistão iraquiano, para que

estendesse sua influência no norte do Iraque. No continente europeu, Bélgica e Alemanha e no Oriente Médio, Iraque e Síria, operações foram realizadas pelas bases de treinamento que foram criadas durante o exílio de alguns militantes da organização.

As organizações curdas passaram pela repressão do governo durante o golpe de 1980. Nesse período, o PKK seguiu sendo o único representante curdo que desafiou o governo (Connell, Svante, 2001). A partir de 1984, teve início a luta armada entre as forças de segurança do Estado turco e o PKK no interior da Turquia.

Após a reestruturação do governo civil na Turquia, em 1984, aconteceu o retorno do PKK à Turquia e a soltura de alguns prisioneiros políticos o que possibilitou que o partido conseguisse ter suas atividades reestruturadas no país. As táticas do partido a essa altura eram variadas, incluindo sequestros, sabotagem, emboscadas, assassinato de policiais e oficiais militares, uso de bombas em atentados. Ao passo que para não perder o apoio popular, realizava eventos culturais e fornecia serviços sociais para as comunidades curdas.

A tática de guerrilha foi adotada pelo PKK, e os conflitos armados entre os combatentes do partido e as forças do exército turco causaram um grande número de mortes de civis (destes aproximadamente 90% eram curdos). Declarada guerra entre PKK e Estado, foram criadas e implementadas milícias nos locais onde havia apoio ao governo, principalmente nas vilas e tribos que se alinhavam a ideologias conservadoras, contrárias ao PKK e perto de famílias que tiveram parentes atacados pela organização.

Os alvos dos primeiros ataques causados pelo PKK não foram as forças militares do Estado turco, senão camponeses considerados delatores de militantes do partido às autoridades. Ocorridos os ataques, houveram denúncias e o governo estabeleceu um “sistema de vigilância rural”, constituídos pelos habitantes dos locais onde ocorreram os ataques (KIRISÇI Y WINROW apud BERMEJO, 2006). O sistema de vigilância foi a primeira das decisões que iriam tornar a questão curda um dos conflitos mais sangrentos que se seguiu por anos.

O PKK conseguiu manter superioridade militar sobre as forças de segurança do governo turco durante os anos 1980 ao empregar táticas de assalto e fuga a esconderijos das montanhas, o que levou o exército turco a treinar tropas de comando e forças policiais especiais com equipamentos e helicópteros, para assim garantir alguma vantagem nas localidades ocupadas pelos curdos no sudeste e depois nas zonas rurais (ERGIL, 2000, p. 127-28).

A luta armada, também chamada de insurreição curda, foi o que levou a Turquia a taxar o PKK como organização terrorista, mediante o número de mortes fornecidos pelo governo turco e publicado por jornais. De 1999 em diante, houve mais de 30.000 mortes causadas pelos conflitos, sendo metade de militantes do PKK, uma quarta parte de civis e uma quarta parte de membros das forças militares, além de quase 10.000 pessoas de autoria desconhecida causadas para eliminar ativistas curdos e membros da inteligência curda. A população civil foi a principal vítima desses conflitos, estando no meio do fogo cruzado, uns foram exterminados pelo PKK, outros não o atacaram diretamente e por isso sofreram punição pelas autoridades turcas (ERGIL, 2000, p. 128).

Entre os anos 1987 e 1990 os militantes combatentes e simpatizantes do PKK aumentaram a quantidade de saques em dezenas de povoados. Frente ao crescimento da violência de um lado e do outro a impotência das forças militares do governo por não conseguir combater os ataques, o governo declarou estado de emergência nos povoados do sudeste que era onde o PKK estava mais ativo. A solução do governo foi puramente militar para enfrentar o que considerava terrorismo, a cada quatro meses o estado de emergência se renovou até o ano de 2002 (BERMEJO, 2006).

Da resposta do governo turco até a prisão de Öcalan em 1999, os ataques provocados pelas forças militares foram cada vez mais frequentes e mais sangrentos, a perda de combatentes do PKK fez com que uma grande quantidade deles saísse do país, nessa altura se tinha a leitura de que a guerrilha iria ser extinta.

O PKK foi referência para sucessivos partidos políticos curdos na década de 1990, partidos da esquerda curda que expressavam a vontade de integrar o parlamento turco, ou seja, por meio da política representativa. Partidos esses que pelo fato de serem curdos não são totalmente distintos do PKK mas também, não podem ser reduzidos a ele, como um todo reestruturaram o espaço político curdo.

Pela questão do PKK ser um partido dedicado à luta armada por analisar que essa seria a forma de atingir o objetivo de libertar os curdos, os militantes não cogitavam participar do sistema político eleitoral e concorrer às eleições. Entretanto, havia por parte de uma parcela dos curdos a necessidade de um partido curdo legal que pudesse participar do sistema eleitoral, e em 1999 foi fundado o Partido do Trabalho Popular (HEP). Uma das ações do HEP foi se alinhar ao Partido Popular Social-Democrata (SHP) de centro-esquerda, para ter 10% de representantes eleitos no

parlamento sendo esse quantitativo o limiar nacional necessário. Em 1991, 22 representantes do HEP foram eleitos para o parlamento. Porém, o HEP acabou sendo banido e foi fundado um novo partido: Partido da Democracia (DEP). Em 1993 foi acusado de aproximação ao PKK depois de deputados terem causado comoção quando Leyla Zana, deputada recém-eleita, usou uma bandolete com as cores que representam os curdos (vermelho, amarelo e verde), Zana e colegas também prestaram juramento em curdo (ERGIL, 2000, p. 129).

O objetivo do DEP não era de ser somente um partido político curdo, mas ser também um mediador entre o povo e o governo. Suas atividades não duraram tanto tempo: em 1994 o DEP foi banido pelo Tribunal Constitucional, já que o presidente Sulleyman Democrel e o ex-Primeiro Ministro Tansu Çiller eram apoiadores da via militar o que impedia a busca por solução alternativa. Não fosse apenas isso, antes das eleições municipais de 1994, o Primeiro-Ministro Çiller fez uma declaração de que o DEP estava de acordo com o PKK. Como consequência, alguns deputados tiveram a imunidade legislativa revogada e foram processados e condenados com a pena de prisão, outros buscaram exílio na Europa.

A resposta do parlamento turco em relação a qualquer menção ao PKK dentro do sistema eleitoral banindo dois partidos, deixou clara a intolerância com a questão curda. A postura do PKK foi a de intensificar os mecanismos de agitação e propaganda sob o entendimento de que os espaços institucionais para a política permaneceriam fechados aos curdos e que a violência seria a única forma de conseguirem serem vistos e ouvidos (ERGIL, 2000, p. 129).

Mas, ainda era necessária a presença de um partido curdo dentro da política partidária, e em 1994 o Partido Popular Democrático (HADEP) foi fundado, com participação nas eleições nacionais em 1995 ganhando apenas 4,2% de voto popular, nas províncias povoadas por maioria curda, e menos votos onde existe uma grande quantidade de curdos como Istambul, Izmir, Bursa, Adana e Mersin. Nessas cidades foi percebido que naquele momento os curdos não se importavam tanto com o nacionalismo a ponto de votar em um partido autodeclarado curdo. Abaixo do limiar eleitoral, que era de 10%, o HADEP não garantiu nenhum representante no parlamento, no entanto, nas eleições locais de 1999, o HADEP elegeu presidentes de câmara na região sudeste em cidades como Diyarbakir e Mardin conseguindo votos em 36 municípios (ERGIL, 2000, p. 129).

O HADEP foi considerado um adjunto do PKK, por ter sido fortemente influenciado pela organização assim como os outros dois partidos curdos antes dele- HEP, DEP- que foram fundados sob as mesmas bases filosóficas. A similitude entre os partidos acabou refletindo nas suas operações, dessa forma, restava expressar parcialmente a agenda geral, como levantamento do estado de emergência no sudeste, proteção jurídica das liberdades básicas, reconhecimento jurídico da identidade curda, autonomia cultural curda, e a descentralização do sistema administrativo dando mais liberdade para autonomia das localidades curdas, todas essas iniciativas com o objetivo de proporcionar maior inclusão política dos curdos (ERGIL, 2000, p. 129-30). A essa altura esses objetivos não estavam de acordo com a estratégia do PKK uma vez que objetivo era a constituição do Curdistão independente muito diferente de aumentar a participação curda na política turca e até mesmo do egresso à política partidária institucional.

O governo turco resistiu à inclusão da identidade curda na pauta política, já que isto significaria a mudança na definição curda de nação, reconhecer o pluralismo cultural dentro do país significaria abrir espaço para descentralização administrativa. Não era de interesse da elite renunciar aos seus próprios privilégios, qualquer exigência por maior participação política ainda era uma ameaça à segurança do Estado turco (ERGIL, 2000, p. 130).

Conseqüentemente, na década de 1990, a separação entre a esquerda turca e curda foi se aprofundando e com o aparecimento e grande legitimidade do PKK no movimento curdo, a organização progressivamente foi se tornando a principal referência da política curda nos territórios do Curdistão, não nos esqueçamos de que os curdos são uma das minoria étnicas na Turquia. O diferencial do PKK foi que o programa político mobilizou o povo curdo, em uma sequência de repressão e perseguições e mesmo tendo sido taxado de organização terrorista, o partido buscou mudança de tática e estratégia que ganhou a validação popular.

Em 1998, durante o governo de Assad houveram ameaças de invasão à Síria vindas de uma coalizão formada por Turquia e Israel, procurando mitigar as ameaças e defender sua soberania, Öcalan foi expulso da Síria. Fugiu para o Quênia, onde foi capturado como preso político um ano depois e conduzido para uma prisão ilha na Turquia. Sua captura marcou uma fase nova na luta pela libertação curda e na luta entre Turquia e PKK. Em julgamento, Öcalan não ofereceu defesa legal, afirmou que havia

razões para que estivesse sendo acusado de má conduta e pelo fato de turcos e curdos partilharem a mesma terra deveriam trabalhar coletivamente pela democratização. O líder do PKK tentou propor ao Estado turco usar de sua influência para que a situação de tensão e conflito que se instalaria após sua prisão fosse contida, ordenando aos combatentes que depusessem suas armas e que trabalhassem para alcançar uma solução política e democrática para a questão.

Houveram duas tentativas de paz oferecidas ao Estado turco por dois grupos de ativistas da causa curda, um grupo que foi porta-voz do PKK na Europa se entregou na fronteira iraquiana e outro grupo de Viena se rendeu em Istambul, ambos em outubro de 1999. As duas tentativas foram ignoradas, o Estado turco seguiu considerando o PKK e organizações guarda-chuva como terroristas (ERGIL, 2000).

A sentença de Öcalan a princípio foi a pena de morte, os advogados entraram com recurso que foi rejeitado pelo Supremo Tribunal de Recurso em novembro de 1999. Entretanto, em dezembro do mesmo ano, a Turquia que em 1987 havia manifestado sua intenção de integrar a então Comunidade Econômica Europeia (CEE) obteve o reconhecimento de sua candidatura à União Europeia¹⁸ (UE) e para conservar seus interesses, os planos que envolvessem a situação de Öcalan foram alterados. A Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) expediu uma exigência de que o veredito fosse revisado e enquanto isso a execução fosse suspensa. Após deliberação, o governo da Turquia aceitou o que foi exigido pelo CEDH, mas sob as condições de que os atos hostis contra alvos turcos feitos pelo PKK cessassem e que Öcalan deixasse de falar a partir de sua cela na prisão para que não houvesse competição política. O governo turco tinha dimensão da liderança carismática de Öcalan, mesmo parecendo um guerrilheiro derrotado em cárcere (Ergil, 2000).

Em 2002, o parlamento turco aboliu definitivamente a pena de morte que foi convertida para pena perpétua. O governo da Turquia tinha consciência de que a prisão de Öcalan para o PKK e seus apoiadores significava que a questão curda continuava sem solução e que o Estado não estava disposto a encará-la de forma mais realista. Bülent Ecevit, então Primeiro-ministro via a questão curda como resultado da pobreza, do atraso social resultado do tribalismo, e grandes propriedades tradicionais, acreditava ainda que romper as estruturas tradicionais da sociedade emanciparia a população

¹⁸ O processo de adesão da Turquia à União Europeia está em andamento desde 1987, ano em que o país se candidatou à entrada no bloco, as negociações tiveram início em 2005 mediante condições impostas pela UE e está parado desde 2016 (PINHEIRO, 2020).

curda. Por outro lado, a maioria dos partidos do parlamento enxergavam a questão como terrorismo incitado externamente (ERGIL, 2000, p. 132).

Os turcos foram submetidos por muitos anos a seguir o nacionalismo turco sob o lema “Um povo, uma nação” que foi muito usado e disseminado para construção da identidade nacional turca, mas, uma consequência dessa medida foi a não aceitação de cidadãos que não são turcos morando na Turquia tivessem os mesmos direitos e deveres perante a legislação (ERGIL, 2000, p. 132). O projeto de nação turco não considerava a população curda como um grupo étnico, não incluindo as expressões da identidade curda o que reverberou no banimento impossibilidade de representação curda no Parlamento turco.

Somando a opinião pública havia a resistência da elite no campo da política institucional em aceitar a entrada de partidos políticos curdos, mantendo estes fora do processo eleitoral. Um exemplo de tentativa de barrar a representação curda aconteceu em 2005 quando prefeitos curdos de três municípios foram presos por cinco dias sem nenhum processo, acusados de desviar dinheiro das contas públicas para repassar para o PKK. Cinco dias depois, foram libertados e reintegrados para as posições que ocupavam.

A questão curda não poderia ser entendida de maneira isolada, como uma situação local e interna somente, as dinâmicas da política turca são fundamentais para entender como a questão, parte de um fenômeno complexo, foi por décadas ignorada. As leis rígidas e autoritárias, a administração burocrática, o papel central dos militares que contribuíam para incompleta integração das regiões curdas. Características que tornam a questão curda parte do contexto político, econômico e social da Turquia e não pode ser analisada como um fato isolado, assim como os conflitos, tensões e desdobramentos provenientes dela (Ergil, 2000).

Nesta época na Turquia, a bandeira do nacionalismo era levada a frente por uma coligação tri partidária: dois partidos se apresentavam no cenário parlamentarista, o Partido da Esquerda Democrática (DSP) do Primeiro-Ministro Bülent Ecevit e o seu parceiro de coligação ultranacionalista, o Partido de Ação Nacionalista (MHP) que não estavam distantes do extinto Partido da Pátria de Turgut Özal (ANAP). Em comum, os partidos apoiavam o *atatürkismo*¹⁹ ou *kemalismo*: da nação por iniciativa estatal que

¹⁹ Adivindo de Kemal Atatürk, o líder do regime de substituiu o califado do Império Otomano por uma república ultranacionalista, o regime foi responsável pelo massacre de minorias na Anatólia (sudeste da Turquia onde se localiza o Curdistão turco) (VÁSQUEZ, 2016, p. 45).

não permite a expressão ou representação de grupos étnicos e religiosos.

Em oposição, havia o Partido da Virtude voltado para o Islã e descendente do Partido do Verdadeiro Caminho (DYP). Ambos eram defensores da execução de Öcalan. O Partido da Virtude classificava os curdos como mulçumanos e não aceitavam a identidade étnica do grupo, para eles a identidade curda não era compatível com a irmandade islâmica. Havia assim, o entendimento de que a solução para questão curda e a pressão para democratização na Turquia precisariam de ajuda externa da União Europeia e os Estados Unidos.

A Turquia é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN²⁰) desde 1952, e configura o segundo maior exército da entidade. Motivo pelo qual no momento em que a Turquia considerou o PKK como terrorista, esse passou a ser o estigma da organização na comunidade internacional, como já era internamente. A OTAN colocou o PKK e organizações similares na lista de grupos terroristas em 2003, após forte pressão do Estado turco na década de 1990 (CSRPCSP, 2016, p. 21). Os atentados de 11 de setembro de 2001 que ocorreram nos Estados Unidos evidenciaram o caráter ideológico do governo Bush. A postura de colocar o terrorismo em pauta, identificar, classificar inimigos internos e externos serviu para usar a luta contra o terrorismo internacional em primeiro lugar na lista dos assuntos urgentes da comunidade internacional e poder enquadrar opositores aos Estados Unidos como terroristas.

A questão curda foi agenda do PKK levada para o conhecimento de países europeus através do Parlamento curdo em Exílio, uma plataforma política criada em 1995 na Bélgica (Sanz, 1996) cuja primeira reunião aconteceu em Haya. O Parlamento serviu de representante diplomático da comunidade curda e por meio dele foi possível o estabelecimento de contatos com partidos políticos e organizações de defesa dos direitos humanos na Europa, entre os representantes estavam membros dos principais partidos curdos que eram turcos, em sua maioria.

A maior parte dos membros do Parlamento curdo em Exílio prestaram apoio ao PKK, a orientação política que seguia coincidia com a maioria das práticas da organização, o que fez com que os demais partidos políticos curdos acreditassem que não teriam tanto apoio do Parlamento.

²⁰ No início da Guerra Fria, a aliança militar ocidental fundada em 1949 mediante o Tratado de Washington e liderada pelos Estados Unidos contra uma possível tendência expansionista da União Soviética (URSS), a Turquia é membro da signatária desde 1952 (PEREIRA; MARGAZÃO, 2004).

2.1 PKK como Partido marxista-leninista

Em alinhamento político do marxismo-leninismo as bases ideológicas e teóricas do PKK estavam alinhadas ao método do materialismo-histórico-dialético proposto pela teoria marxista e suas bases táticas e estratégicas se guiavam pelo modelo estrutural da organização política leninista, o Centralismo Democrático.

O “Leninismo” foi acentuado após a morte de Lenin em 1924, passou a ter grande expressão política por conta das contribuições de Lenin que transformou o marxismo, ora “é no terreno da prática que se acha o eixo da transmutação leninista do marxismo” (Fernandes, 1989, p. 16). No pensamento de Lenin, assim como Marx e Engels e seus seguidores, a prática não poderia estar descolada da teoria e por isso Lenin instrumentalizou o método-dialético-materialista. Ao lado de Marx e Engels, Lenin é um dos pilares do marxismo revolucionário para a construção da teoria e práxis revolucionária.

Já o materialismo histórico se apresenta como a concepção filosófica do movimento revolucionário e dos partidos marxistas-leninistas, sendo o oposto do idealismo contribuindo para análise das condições históricas pelo viés materialista, ou seja, as condições materiais são essenciais para determinar os rumos da história de um determinado povo ou classe em um contexto político, econômico e social. A concepção histórica não pode ser precedida e interpretada isolando os elementos, existe uma totalidade que precisa ser levada em conta quando se trata da dinâmica social que é mutável e contraditória. Portanto, o materialismo compreende todo processo social baseado na materialidade com mudanças e contradições, estabelecendo conexões entre os processos sociais particulares e a totalidade a partir da crítica da economia política e a realidade.

Lenin contribuiu com o movimento socialista revolucionário na Rússia principalmente na construção de uma organização revolucionária na formulação de princípios básicos tais como: o centralismo democrático, partido de vanguarda, planejamento das atividades do partido, agitação e propaganda, estratégia e tática, unificação do partido e educação política.

Vladimir Ilyich Ulianov (1870-1924) mais conhecido por Lenin foi um intelectual, líder revolucionário, um dos principais teóricos do socialismo

revolucionário, dirigente da revolução socialista na Rússia, em frente ao Partido Comunista da União Soviética. Seu pensamento transformou o marxismo de teoria revolucionária em práxis política direta “o marxismo, depois de Lenin, não é mais a mesma coisa, porque ele incorporou um “modelo” de como passar da ditadura burguesa à ditadura do proletariado”(Fernandes,1989, p. 16) Lenin deslocou a preeminência para a prática. O marxismo-leninismo desloca a reflexão do marxismo para a prática política, para as condições concretas da ação e transformação “quando se focaliza dialeticamente as relações de classe como relações de poder” (Fernandes, 1989, p. 17).

O marxismo-leninismo não era o mesmo em cada um dos partidos e organizações que o reivindicavam, isso se deve as diferentes condições objetivas: particularidades nacionais, as tradições culturais de cada lugar, visto que a cultura é a base fundamental para absorção do marxismo. Assim como os processos de aprendizagem, ruptura, continuidade e evolução, as adaptações advindas das leituras que dirigentes do processo revolucionário fizeram a partir da experiência da União Soviética, por exemplo.

Algumas condições básicas para o programa do partido revolucionário ao lado da classe operária na tomada do poder, segundo Florestan Fernandes:

- Importância para a centralidade da teoria na ação política revolucionária, produzida pela vanguarda na prática política em contato com a massa proletária, autonomia intelectual da classe operária, ciência do proletariado referente a nova mentalidade e nova prática política nas relações do partido com sua base e com a massa”
- Ruptura com a ordem democrática burguesa;
- Entendimento de que as condições para tomada do poder surgiriam aos poucos, não havia a percepção de que “a revolução não nasce pronta e acabada”, o partido deveria agir clandestina ou abertamente, por essa razão, se fazia preciso criar as condições para situação revolucionária, com papel ativo da consciência histórica e da ação política do proletariado, ter as massas organizadas e ação potencializada para intervir na política, este seria parte do “trabalho revolucionário perseverante” e o aproveitamento das oportunidades históricas.

As teorias de Lenin contribuíram para construção do pensamento político das experiências socialistas revolucionárias que ocorreram ao longo do século XX ao redor do mundo. Contribuindo na ação de líderes políticos revolucionários e organização de partidos políticos alinhados a experiência soviética e a ideologia de estado do

marxismo-leninismo ou melhor, marxismos-leninismos no plural já que as realidades nacionais não eram idênticas.

Para citar alguns exemplos do que foram as experiências socialistas temos Cuba na América Latina, China e Vietnã na Ásia, e Burkina Faso na África. Países onde a materialidade das relações sociais tornou necessário e possível a luta por emancipação e autonomia popular, que fosse luta de libertação nacional, luta por independência política e econômica e luta anti-imperialista e anticolonial.

Lenin não chegou a definir categoricamente o que seria o centralismo democrático, embora em sua vasta produção intelectual é possível encontrar fontes do que seria essa forma de organização partidária e sua importância para o pensamento leninista. “Leninista” é outro termo que o próprio Lenin nunca assumiu, ficaram conhecidos como “leninistas” aqueles que foram influenciados por seu método de atuação política a partir de 1905, e os bolcheviques por serem associados a Lenin e a sua liderança após a cisão aos mencheviques em 1903.

A grande contribuição teórica e prática do centralismo democrático não serviu apenas para o PKK como foi fundamental para outros partidos comunistas e socialistas ao longo de todo século XX. Além do centralismo democrático, outros três pontos foram importantes e podemos dizer que o PKK se utilizou deles- estratégia e tática; organização de classe e partido de vanguarda. Fazemos as devidas adaptações já que o contexto da Turquia no fim dos anos 1970 em diante não era o mesmo contexto pré União Soviética e os desdobramentos que o movimento revolucionário conquistou, a oposição operária em 1905 e a revolução de 1917 (Fernandes, 1989, p. 11).

A proposta organizativa também a parte estrutural do partido, que era formado por três frentes. O Comitê Central sendo a instância composta por membros da classe trabalhadora onde eram tomadas as decisões a partir das demandas trazidas pela segunda frente, o Núcleo, que por sua vez recolhia as demandas vindas da base. A cada dois anos era realizado o congresso do partido para definir a linha política: a perspectiva, a estratégia e as táticas a serem adotadas, partindo do princípio de que no congresso se definiria a estratégia e táticas para conseguir chegar no objetivo principal.

A distinção entre estratégia e tática foi o segundo ponto da contribuição teórica de Lenin, sendo a estratégia a etapa mais ampla, a construção a longo prazo do objetivo do partido e a explicação do regime em vigência de forma acessível à compreensão dos trabalhadores, enquanto que a tática seria um conjunto de tarefas, obedecendo a linha de

conduta do partido em curto período de fluxo ou reflexo de movimento e o apelo dirigido as massas para formação política e ações concretas.

Por fim estavam o partido de vanguarda, a linha de frente do partido, onde estava os membros de origem proletária de formação militar e teórica, aqueles que tinham por tarefa guiar a classe, contribuindo para a conscientização de classe do proletariado. O papel do partido de vanguarda era organizar a classe para atingir o objetivo do partido que era a tomada do poder, instalando ditadura do proletariado. A relação do partido revolucionário com as bases e com a massa seguiam o método dialético. No processo político, era o papel do partido conectar a classe operária com as massas e acompanhar as evoluções de aprendizagem na socialização política. Portanto, o partido revolucionário do proletariado podia ser a vanguarda do movimento revolucionário já que possuía as condições adequadas de organização e orientação política (Fernandes, 1989, p. 19).

A Revolução Russa foi um marco na história mundial durante o século XX formando um novo paradigma para o movimento socialista internacional. Os partidos comunistas formados em diversos países do mundo impactados pelo processo revolucionário russo, aderindo a elementos como a forma de organização do Centralismo Democrático, a base ideológica marxista-leninista e o método materialista e materialista dialético. Não como um simples manual de instruções, isso porque para compreender a história desses processos em isolado precisamos de uma análise concreta e objetiva, compreender que as demandas de lutas por independência política e econômica, as lutas anticoloniais e antiimperialistas que se apresentavam na realidade social desses territórios foram um conjunto de desdobramentos para a luta revolucionária.

Como outros movimentos políticos socialistas e comunistas, o PKK era adepto do marxismo-leninismo e identificava as suas reivindicações com a luta de libertação nacional, anticolonial e antiimperialista. Em seu Manifesto de fundação estava expressa a identidade do partido “uma organização política sob a linha do socialismo científico” (Vásquez, 2016), não exatamente como realizado na URSS mas correspondente com a realidade da luta curda.

Ao longo do século XX podemos citar: (i) a guerrilha e o Movimento 26 de Julho que se desdobraram na Revolução Cubana de 1959 que tinha a frente Fidel Castro (1926-2016) na destituição da ditadura de Fulgencio Batista; (ii) A Revolução Chinesa

a luta por terra do campesinato chinês e o conflito entre comunistas e nacionalistas, onde o avanço do Exército Popular de Libertação e a tomada do poder pelos comunistas e a proclamação da República Popular da China tendo Mao Tsé Tung (1893-1976); (iii) A história do Vietnã passou pela libertação do colonialismo francês e do imperialismo dos Estados Unidos através de um longo e conflituoso período de luta por independência nacional, organizada pelo Partido Comunista do Vietnã que sob a liderança de Ho Chi Minh (1980-1969); (iv) Burkina Faso, no continente africano, Thomas Sankara (1949-1987) foi um revolucionário anticolonial do Partido da Independência Africana, no front dos movimentos de independência política e econômica. Após a Revolução de 1983 a República Democrática e Popular do Burkina Faso foi colocadas em prática políticas de auto-suficiência alimentar, de desenvolvimento da economia e a criação de produtos nacionais para o fortalecimento da indústria de algodão.

Se tratando especificamente do que foi a experiência socialista do Estado soviético, não foi somente o pensamento e as contribuições teóricas de Lenin no processo revolucionário que expressa a riqueza da experiência na história dos movimentos de poder popular e organização social. Na União Soviética, existiram comitês ligados aos trabalhadores das fábricas e aos camponeses no campo, que foram os Sovietes.

A presença dos Soviets ou os Conselhos de Trabalhadores e Camponeses foi uma particularidade característica da Revolução Russa, criados em 1905 e instituídos para serem organizações descentralizadas, com unidades funcionando em Moscou e em outras cidades da União Soviética. Funcionavam como representantes da classe trabalhadora do campo e das cidades. Surgiram em meio a primeira greve geral de trabalhadores em Petrogrado, quando as fábricas e sindicatos enviaram seus representantes de classe, os delegados do Comitê dos Deputados dos Trabalhadores. Esse comitê organizou uma segunda greve geral para acontecer em 1905, foram mandados organizadores de várias partes do país e por um período de tempo o Governo Imperial reconheceu o Comitê como o porta-voz da classe trabalhadora revolucionária. Passada a revolução de 1905, os Soviets haviam se mostrado tão efetivos que serviram de modelo para os partidos revolucionários que passaram a incluir o Conselho de Deputados dos Trabalhadores nos seus programas.

O Congresso dos Soviets era convocado duas vezes por ano, delegados eram

escolhidos por eleições populares diretas, um a cada 125 mil votantes vindo das províncias e um a cada 25 mil vindo das cidades.

Totalizando aproximadamente 2 mil delegados que se reuniam na capital formando um grande Soviet para decidirem aspectos da política nacional. Era eleito um Comitê Executivo Central para ser o Comitê Central Soviet de Petrogrado para constituir o parlamento da República Russa formando por aproximadamente 350 pessoas.

Os Soviets exerciam função política e administrativa, eram como unidades do governo sob um Estado socialista de representação da classe trabalhadora sendo primordial para defesa e consolidação da revolução. Os Soviets por estarem espalhados por todo país, conseguiam abranger grande quantidade de trabalhadores e manter contato direto com as massas nas localidades não somente quando havia a realização de Congressos. Tinham autonomia local, abaixo porém, dos decretos do Comitê Executivo Central do Partido Comunista válidos na República Soviética.

O papel dos soviets eram tanto de ação política quanto de formação da classe trabalhadora, como verdadeiras armas da ditadura proletária contra influência dos partidos anti-bolcheviques. O apoio do povo em relação à ditadura do proletariado podia ser medida pela quantidade de filiações ao Partido Bolchevique- e depois Partido Comunista, e também pelo aumento das atividades dos Soviets locais que foram se espalhando pelo país.

Vilas, condados e províncias começaram a formar Conselhos de camponeses após a revolução de novembro, uma vez que os camponeses não faziam parte dos trabalhadores que tinham seus interesses representados como os operários das fábricas porque o interesse camponês era a questão agrária

A partir da confiscação das grandes propriedades de terra. Os Conselhos dos Camponeses começaram a tomar corpo a partir do momento em que a insatisfação da massa de camponeses despertou a atenção para as condições no campo. A organização de delegados para tratar dos camponeses começou suas atividades ao mesmo tempo em que a propaganda do Partido Socialista Revolucionário dos bolcheviques e a volta dos soldados às vilas estava cada vez mais incessante. Desse modo, teve início a mobilização dos camponeses que perceberam a ditadura do proletariado e apoiaram o Partido Socialista Revolucionário, se tornando partidários do governo soviético.

Os Soviets dos camponeses tinham a direção separada dos Soviets dos

trabalhadores das fábricas, se juntando a eles na revolução de novembro e durante a constituição do governo soviético. Portanto, os Soviets foram muito importantes nos primeiros anos da Revolução Russa importância para a União Soviética, na organização das forças e mobilização das ações políticas e consciência da classe operária.

2.2 PKK- Transformações ideológicas e organizacionais

O principal objetivo do partido era a criação de um Curdistão independente no sudeste da Turquia. Como muitos movimentos de libertação nacional que a partir de suas análises socio-culturais concebiam que a independência do próprio território seria a solução possível para a constante opressão e violência que enfrentavam, e, no caso do Curdistão, a etnicidade curda não era sequer reconhecida no território turco.

No início a organização considerava os curdos de todo Curdistão. Curdos iraquianos, iranianos, sírios e turcos, mas devido às divergências que existiam entre as diferentes tribos curdas, a organização logo se concentrou no Curdistão turco.

Segundo Öcalan e seus seguidores, o Curdistão formava uma nação que foi colonizada pela Turquia e, portanto, a luta armada seria o meio para conquistar a autonomia do povo curdo já que o povo vivia oprimido pelo Estado turco, uma revolução nacional para criação do Curdistão unificado, independente e socialista se fazia necessária (BERMEJO, 2006, p.5).

Entretanto, o processo de dissolução da União Soviética em 1991 e a Guerra do Golfo em 1991 trouxeram como consequência uma mudança na tática e estratégia do PKK a partir da busca pelo apoio de potências como os Estados Unidos e, sobretudo, de potências europeias.

A principal consequência desse período pós queda da União Soviética foi a mudança ideológica que alterou as ações do PKK, como o abandono da luta armada para encontrar um outro meio para solucionar a questão curda. Com isso o discurso de constituir um Curdistão independente e socialista foi desaparecendo paulatinamente dos documentos (REISSNER;LEICHT, 1999 apud BERMEJO, 2006). Outros elementos foram incorporados na base da política e social curda como a ecologia e a igualdade de gênero, além da formação da *Jinealogia* como produção de conhecimento, a epistemologia da nova forma de organização curda baseada nas mulheres.

Se tratando do povo curdo, a categoria classes sociais é um aspecto muito complexo. Considerando que o PKK na sua luta por libertação entendia as classes sociais como uma questão colada à questão nacional, sendo fim da burguesia curda uma das lutas do partido (Vásquez, 2016, p. 42) fator que justifica o alinhamento do PKK com a teoria marxista. Na estrutura social a grande maioria da população curda se encontrava na classe trabalhadora, uma mínima porção se encontrava na classe média e uma parte pertencente a classe alta curda, legitimada e fundamentada na estrutura tribal que garantia a manutenção de privilégios sociais (Vásquez, 2016, p. 42).

Na concepção de Öcalan e do PKK, a questão curda sempre abrangeu muitos aspectos, não podendo ser explicada somente pela origem étnica e/ou origem nacional. A exploração do sistema capitalista também foi interpretada como mais um fator que se soma ao conjunto de dominação e opressão que acometia o povo curdo. A constante repressão turca serviu para consolidar o papel do PKK como uma organização que foi guerrilheira boa parte de sua trajetória, que promoveu ataques ao exército turco, ao mesmo tempo que os golpes militares que ocorreram na Turquia fizeram com o que o aparato militar fosse mais forte e estável e a capacidade estatal de repressão aos movimentos ligados a setores da esquerda ou dissidentes tolheram grupos anteriores ao PKK ou paralelos.

Uma das políticas do Estado turco para combater o PKK foi a fundação de um grupo chamado Corpo de Guardas de Vilas, em que civis curdos eram recrutados e recebiam o pagamento de 70 liras por mês. O número de guardas foi escalando, em 1985 haviam 13 mil e anos depois chegaram a 40 mil, o grupo atuava nas zonas rurais que era onde a população curda habitava. Mesmo assim, a guerrilha não se dissolveu e em 1987 a Turquia declarou estado de emergência nas províncias curdas.

Em 1985 é criada a Frente de Libertação Nacional do Curdistão- ERNK (Eniya Rizgariya Neteweyi ya Kurdistanê) para que houvesse organização popular na Turquia e na sequência, organização da comunidade refugiada na Europa. Entrando nos anos 1990, o clima de tensão foi só aumentando a medida que aumentou a insatisfação popular mediante as proibições de manifestação cultural do povo curdo. Nesse interim, o ARGK tomou o controle de outras localidades curdas, intensificou as atividades de difusão e agitação do PKK, a essa altura os níveis de recrutamento do PKK também aumentou.

As revoltas populares contra as políticas de opressão turcas eclodiram ao longo

dos anos. A opressão contra a população a opressão foi brutal, e a permanência e aumento dos conflitos entre o Exército turco e a guerrilha atingia muitos civis e inocentes. Ainda que o PKK tenha conseguido manter a tática militar, a guerra não parecia chegar ao fim e o movimento curdo longe de conseguir alcançar seu objetivo, estava estendendo uma situação que estava custando a vida de dezenas de milhares de civis.

É quando o PKK na posição de organização do movimento curdo liderado por Abdullah Öcalan passa por um processo de autocrítica e avaliação das atividades desenvolvidas pelo partido e de avaliação do papel que estava tendo no movimento curdo. A partir da análise de que a tática do movimento curdo não estava dando resultados, o partido concebe a necessidade de novas estratégias de luta. O histórico de perseguições e repressão que o partido e seus militantes passaram determinou os trabalhos de agitação e propaganda realizados pelo PKK para obter seguidores, a ideologia pautada no nacionalismo, no sentimento de insatisfação que abrangia as dimensões da vida social e em oposição às violências cometidas pelo governo fortaleceu o partido como a principal organização do movimento de libertação curdo.

O PKK conseguiu ler criticamente as tendências daquele momento em que a luta armada estava sendo inviável, causando mortes de inocentes e sem fim. Diante desse fator interno, dentro do Estado da Turquia e outros dois fatores externos na geopolítica internacional: a queda do Muro de Berlim em 1989 e a dissolução da União as Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991, a política do PKK foi impactada e tanto a estrutura quanto o programa do partido sofreram mudanças.

O Congresso do Partido realizado em 1995 marca a sua história pelo comunicado das transformações que viriam nos próximos anos, o PKK tomou a postura de reestruturar o partido e mudar sua ideologia e organização, o início desse processo foi uma nova concepção do programa revolucionário que pudesse estar mais alinhado com a realidade social do povo curdo, uma dessas concepções é a autonomia democrática, cada vez mais popular e de base. Como símbolo de rompimento com a ideologia soviética, o partido retira de sua bandeira a foice e o martelo e substitui o “Comitê Central” pela “Assembleia do Partido”. O PKK rompeu totalmente com o socialismo no movimento de libertação curdo.

Imagem 4- Primeira Bandeira do PKK até 1995



Fonte: Wikipedia

Imagem 5- Nova Bandeira do PKK até dias atuais



Fonte: Wikipedia

Nessa mudança de paradigma o objetivo que era a tomada de poder do Estado turco muda para constituição de um Estado curdo que aceitaria a existência da identidade curda e que garantia seus direitos além de aceitar a livre permanência de outras minorias étnicas, ou seja, um Estado democrático a favor do pluralismo político. Foi gradativamente se encaminhando para construção de uma nova sociedade em que o povo e a organização popular é o elemento fundamental e a base do processo.

2.3 Contribuições de Bookchin ao pensamento de Öcalan

Ainda hoje existem manifestações pedindo por sua libertação. Mesmo preso e em isolamento em Imrali, Öcalan redigiu documentos de defesa, entre eles o Manifesto por uma Civilização Democrática- Tomo 1: Origens da Civilização (2009); Tomo 2: Civilização Capitalista (2009); Tomo 3: A Sociologia da Liberdade; Nação Democrática (2018), Guerra e Paz no Curdistão (2008), Confederalismo Democrático (2016) e de análise histórica e política que indicavam os novos paradigmas do movimento de libertação curdo que não se limitava ao povo curdo da Turquia.

O período de 1999 e 2004 foi a época quando começou a ser consolidado o conjunto de concepções para construção entra em contato com as obras do autor estadunidense e teórico do anarquismo Murray Bookchin (1921-2006). Pela identificação com o anarquismo e o interesse pela questão ambiental, Bookchin desenvolveu produção teórica sobre caminhos para construção de uma sociedade libertária, ecológica e democrática.

Entre suas obras, das quais usaremos como referência *Ecologia Social e outros ensaios* de 2015 produção onde o autor desenvolveu o conceito de municipalismo libertário e de ecologia social. Na leitura do autor, os problemas de natureza ecológica não se separam dos problemas de natureza social, principalmente dos sistemas políticos e sociais hierarquizados. O que Bookchin escreveu há mais de 40 anos vem sendo discutido atualmente, os impactos ambientais provocados desenfreadamente pelo sistema capitalista na sua fase neoliberal e as discussões levantadas de como a catástrofe pode ser evitada, soluções como agricultura orgânica e permacultura, o uso de energias renováveis, economia solidária, vida em comunidade e reflorestamento.

O dirigente curdo se aproxima das ideias do autor cujo horizonte revolucionário se direcionam à teoria para “prática do descentralismo, à participação democrática, guiada por princípios comunitários e ecológicos” (Bookchin, 1990, p. 4). A principal teoria que influenciou o pensamento de Öcalan foi o Municipalismo Libertário e o Confederalismo, análises sobre organização social, democracia radical e as relações de hierarquia entre Estado e sociedade e dominação, nas palavras do autor “do homem pelo homem” contidas na bibliografia de Bookchin. Em termos gerais, o municipalismo libertário é uma prática de organização social e política, de democracia direta que se

sustenta na formação de assembleias associadas por cidadãos, como meio de institucionalização do poder popular para fazer frente ao poder do Estado.

No pensamento de Bookchin, a organização do ambiente refletia na organização da luta revolucionária, que tornaria possível a organização social fora do poder político e coercitivo do Estado-nação . A hipótese central da teoria de Bookchin se baseia no entendimento de que na medida em que os cidadãos exercem seu papel social mais ativo dentro do município, se organizando nas assembleias que vão formar a confederação dos municípios, a função do Estado como detentor do poder central passaria a ser obsoleta já que o poder estaria descentralizado, o Estado seria todo substituído pela confederação de municípios independentes que necessitava da formação de um movimento comprometido e consciente responsável pela formação das assembleias populares, a Confederação de Municípios, alternativa ao Estado e à sociedade burocrática centralizada.

Esse Estado, que garante a lógica capitalista de produção, a divisão social de classes, a democracia burguesa e a ideologia da classe dominante, o todo possuidor do poder político e jurídico não é de forma alguma neutro, mas um instrumento da classe dominante que possui poder material, “monopólio institucionalizado da violência necessária para assegurar o domínio e a exploração do homem pelo homem” (Bookchin, 1990, p.27). Capitalismo e Estado-nação não existem um sem o outro, por isso a necessidade de desmantelar o Estado como mediação para a acumulação de capital.

Na sociedade capitalista, o Estado moderno é o paradigma atual e dominante e a mediação por excelência para acumulação de capital e legitimação do sistema, o Estado exerce sua soberania em um determinado território limitado por fronteiras. Dentro de seu território está dividido em entes menores, os estados federativos e menores ainda, os municípios. Os municípios seguem as instituições políticas do Estado, uma vez que está posta a relação de hierarquia entre o poder do Estado sob o município, dessa forma, o município pode ser lido como uma miniatura do Estado.

Hipóteses propostas nos estudos de Bookchin para que os municípios deixem de ser instituições políticas do Estado são a formação de redes federadas, a administração local controlada pelas assembleias populares, a coletivização dos recursos e a coordenação dos interesses comuns orquestrada por delegados escolhidos como representantes para esta função.

Bookchin via no espaço cívico do município o potencial de organização

revolucionária, imputando a ele o ponto de partida para prática da democracia direta e verdadeiramente popular e “de transformar a massa em corpo político deliberativo, racional e ético” (BOOKCHIN, 2015, p.29), representação do novo modelo de sociedade sem Estado-nação para que seja formada uma rede confederada na medida que o poder popular seja expandido - também chamada de comuna das comunas, tal movimento social de ampla base seria capaz de construir o poder popular que vai provocar a dissolução do Estado.

A comuna das comunas seria a expressão do papel transformador do municipalismo libertário, a sustentação da nova forma de organização social baseado em alguns princípios éticos como a ausência de hierarquia, autogestão, autoformação e o apoio mútuo. Como paradigma dessa nova sociedade baseada em municipalidades confederadas, as comunidades possuem autosuficiência para gerir os próprios recursos e conectadas com outras comunidades são interdependentes, o que Bookchin chama de Confederalismo.

As assembleias e os conselhos de bairro possuem função prática e administrativa, na construção de um corpo político atuam na formação de teoria e prática social, são a expressão da democracia horizontal fundamental para uma sociedade livre, característica antagonista à hierarquia e subordinação presente no sistema político e jurídico vigente em Estados e sociedades capitalistas.

Bookchin aponta que a sociedade descentralizada formada por assembleias populares não se dará sem nenhum trabalho intelectual e prático por trás, portanto, é necessário um movimento de libertação consciente aliado ao programa revolucionário que conta com contribuição intelectual e com prática comunitária.

3 A REVOLUÇÃO DE ROJAVA

Florestan Fernandes, caracteriza a “revolução” como um momento de rupturas, mudanças drásticas ou violentas nas estruturas de uma sociedade, assim como alterações contínuas ou súbitas de ordem natural, cultural, econômica e política. De modo que “mudança gradual e mudança revolucionária sublinha o teor da revolução como uma mudança que mexe nas estruturas, que subverte a ordem imperante na sociedade” (FERNANDES, 2018, p. 10).

No caso de Rojava, o que vem ocorrendo é um processo de transformação social que pode ser entendido como processo revolucionário anticapitalista em movimento, dinâmico e de continuidade, possui contradições como a não ruptura completa do sistema capitalista e do Estado burguês, sendo as concessões de acesso ao petróleo às empresas norte-americanas a mais evidentes das contradições.

Rojava é uma alternativa democrática, anticapitalista, ecológica e de gênero, ancorada na libertação das mulheres, trata-se de revolução social com alma política e resultado de um processo longo que não foi e não é livre de contradições. Podemos destacar as contribuições do processo revolucionário em âmbitos da organização social como a formação de comunas, assembleias, comitês, conselhos e principalmente na contribuição para mudança de mentalidade da sociedade que foi a constituição da jinealogia ou ciência da mulher.

O PKK ainda que com bases na Turquia, expandiu sua influência na Síria, como mencionamos no segundo capítulo Öcalan pode se estabelecer em Rojava por um período junto com combatentes para a realização de treinamento militar. Podemos inferir que a ideologia do partido e seu programa político também foram levados e influenciaram curdos civis, militantes, simpatizantes e combatentes da causa curda, de forma que um partido semelhante foi fundado, o PYD. Embora sua fundação tenha se dado anos após a mudança ideológica e paradigmática do PKK, mas foi sua presença na Síria que contribuiu para construção da autonomia democrática naquele território.

Foi em 2003 que o PYD (Partiya Yekitiya Demokrat) - Partido da União Democrática articulou o Movimento para uma Sociedade Democrática- TEV-Dem, formado em 2012 com o principal objetivo de organizar a população dentro dos princípios do Confederalismo Democrático. A ligação entre PKK e PYD foi possibilitada pela formação de um sistema de organização chamado KCK (Koma

Ciwakên Kurdistá)- União das Comunidades Democráticas do Curdistão, que dá forma a estrutura confederada da organização social em Rojava, esse sistema está embasado no princípio fundamental do Confederalismo Democrático que é a descentralização. O KCK é a representação do objetivo estratégico do PKK na Síria, o novo modelo de sociedade democrática e ecológica, sob outra perspectiva, o Confederalismo se sustenta sob três pilares- modernidade democrática; ecologia e gênero.

O Confederalismo se apresenta como o projeto político do PKK e do PYD para solução da questão curda e para os problemas da democracia no Oriente Médio. Para constituir formalmente o KCK, no “Congresso de Reconstrução”, foram articulados espaços ideológico, políticos, de autodefesa, social, econômico e de organização autônoma para juventude e para as mulheres. A formação de assembleias e comunas em Rojava são exemplos da forma de organização social descentralizada que o Confederalismo Democrático prevê.

3.1 Movimento Curdo e luta popular

O processo de autonomia democrática teve a influência direta de Öcalan em paralelo ao movimento de libertação nacional, embora o líder tenha permanecido por todo esse período em cárcere, como está até dias atuais, seus livros serviram como defesa e testemunho para contextualizar o período de atuação das atividades do partido enquanto estava na posição de líder, assim como os caminhos possíveis. Entretanto, devemos pontuar que o processo revolucionário é consequência das ações do movimento curdo e da luta popular que estava criando o modelo de organização de base popular, que é fundamental para que pudessem haver assembleias, comunas em bairros e o sistema de cooperativas, etc.

Entre os escritos de Öcalan, seus esforços foram concentrados em analisar as raízes e possíveis caminhos para solucionar a questão curda e os problemas nacionais causados pelo que o próprio nomeou de modernidade capitalista e a mentalidade dos paradigmas do Estado-nação. A modernidade capitalista é o conceito para descrever a organização do Estado-nação na dinâmica do capitalismo, apontando esse sistema como a raiz dos problemas nacionais como é o caso da questão curda, uma vez que o capitalismo é legitimado pelo Estado-nação. Öcalan faz críticas ao poder centralizador do Estado-nação e argumenta que esse poder é a base que sustenta o capitalismo, e o

que possibilitou ser o sistema econômico hegemônico.

Na chamada modernidade capitalista, existem pontos que são expostos por Öcalan em que formam a base do que se constitui como o paradigma vigente das sociedades aos quais são contrapostas alternativas. Começando pelo *Zeindperest*, termo curdo para sexismo, em seguida vem *Netewperest*, termo curdo para nacionalismo, depois *Zaninperest* que pode ser traduzido para monopólio do conhecimento e por último *Olperest* que vem a ser o fundamentalismo religioso.

Portanto, Öcalan propõe a modernidade democrática, a partir da análise de que a questão curda não poderia ser resolvida dentro das estruturas do capitalismo e do Estado-nação com sua democracia burguesa e patriarcalismo; o sistema que exclui as mulheres e as aprisiona na esfera privada da vida social e que coloca os homens em posições de destaque dentro da sociedade. Por essa razão, houve por parte de Öcalan e do movimento de libertação curdo a exposição das origens do Estado-nação e do surgimento do patriarcado, para explicar a estrutura da sociedade hierárquica na modernidade capitalista.

A modernidade democrática implica uma economia livre, a ecologia em harmonia com o meio ambiente, e o equilíbrio entre natureza e humanidade no uso de tecnologias. Multiculturalismo, rechaço à formação de monopólios, e principalmente uma estrutura econômica que objetiva a satisfação das necessidades da sociedade em conformidade com a comunidade.

Aliado ao princípio da modernidade democrática, Öcalan apresenta o princípio da nação democrática, a proposta de reformular as definições clássicas do conceito de nação em que as instituições autônomas e democráticas representam a práxis do movimento revolucionário. Em *Nação Democrática* (2018) podemos encontrar no pensamento de Öcalan o conceito de nação que leva em consideração similaridades linguísticas ou culturais. Segundo o autor, esse conceito é limitado e poderia ser definido de forma mais generalizada como “uma comunidade de pessoas que compartilham uma mentalidade comum” (ÖCALAN, 2018, p. 13). Ainda segundo o autor, o compartilhamento de mentalidade e cultura seria suficiente para se falar em nação, apesar de diferenças de classe, gênero e etnia.

O Confederalismo Democrático mais do que o Estado-nação comporta a ideia de multiplicidade e não somente de unidade, para os povos do Oriente Médio, da região de Rojava onde vivem curdos, árabes, sírios, caldeos, turcomanos, armênios e demais

minorias culturais. Contempla a necessidade de uma institucionalidade para promover a diversidade se contrapondo ao ideal de nação monolítica, e para que o pluralismo seja o paradigma vigente se fazem necessárias alternativas como a nação democrática, que rejeita o poder centralizado, o sistema capitalista e a democracia burguesa. Podemos dizer que é o modelo político base da modernidade democrática, a ferramenta para enfrentar problemas étnicos, religiosos, locais, regionais e nacionais que são causados pela a ação totalizadora do sistema do capital do Estado-nação.

Para Öcalan, o uso de símbolos nacionais como uma bandeira, uma língua e uma pátria, ou um Estado para cada nação, no qual o direito das nações a autodeterminação expressa a validação dos interesses dos monopólios de poder e de exploração e os torna legítimos, além do monopólio da violência e da soberania que “não é somente a causa dos problemas sociais, como também o principal obstáculo no caminho das soluções” (Öcalan, 2018, p. 17). Por outro lado, de acordo com a nação democrática, grupos religiosos, comunidades religiosas, cidades, entidades locais, regionais e nacionais possuem o direito de proferir a própria identidade. Sendo assim, desde o início das estratégias do PKK, as raízes da questão curda estavam no Estado-nação e no sistema capitalista, a mudança na estratégia e ideologia do partido busca a solução também se encontra na busca por alternativas para o Estado-nação, sistema capitalista e democracia burguesa.

Importante mencionar que o Estado-nação não está completamente desassociado da solução democrática que está dentro da modernidade democrática, a transformação do Estado-nação está vinculada ao desenvolvimento da democratização e da governança autônoma e democrática, percebemos que não existe uma ruptura total, mas sim o movimento de transformação.

A expressão da transformação em Rojava é a constituição da KCK, em que a sociedade passa a se desenvolver como a entidade nacional democrática, que exerce o direito da sociedade comum se constituir pela livre vontade de indivíduos em comunidades livres. Para Öcalan, o Estado-nação não é a única maneira de organização social, a suposição de que a ideia de nação se baseia em uma língua comum, uma cultura, uma história, que são os como elementos típicos de Estado não pode ser generalizada.

A nação democrática significa a sociedade em comunidades, formada por pessoas livres convivendo em solidariedade sem a necessidade de um poder

centralizado, porém através de politização, através da participação popular ativa. Öcalan ainda reitera que a visão de pátria é fetichizada na modernidade capitalista que prioriza o patriotismo acima da sociedade de indivíduos. O “todo pela pátria” deriva de uma compreensão fascista de nação” (ÖCALAN, 2018, p. 28), usado pelo Estado-nação que promove a uniformidade entre os cidadãos. Uma língua oficial deriva de uma posição dominante quando seria possível considerar diferentes idiomas e dialetos que significariam riqueza cultural para a nação democrática. Os símbolos nacionais são valiosos mas não são sagrados.

A alternativa da modernidade capitalista proposta é a modernidade democrática, sendo a nação democrática o núcleo da sociedade ecológica, econômica e pacífica. O modelo democrático de nação busca a melhora das percepções sociais mediante a consciência social e mudança de mentalidade de paradigmas como igualdade e liberdade. A modernidade capitalista projeta e aborda essas mesmas percepções sociais da nação democrática mas não as cumpre por causa da estrutura e ideologia hegemônica.

Algumas dimensões são necessárias para o processo que converterá o povo curdo em uma nação democrática. A principal delas é a intelectual para compartilhar o projeto de um mundo livre baseado na diversidade, manutenção da mentalidade que não rejeite as diferenças dentro da esfera, moral e vida política da sociedade (ÖCALAN, 2018, p. 31), criando condições fundamentais para continuidade do processo através de reflexões acerca da realidade curda.

Em segundo lugar está a dimensão da reorganização da existência social da autonomia democrática, que pode ser definida em sentido amplo e sentido mais restrito. No sentido amplo representa a cultura, na economia, nas leis, etc. No sentido restrito, a autonomia democrática representa a dimensão política.

Entretanto, temos que levar em conta que Rojava se localiza dentro do território de um Estado-nação e que o povo curdo também está na Turquia. A autonomia democrática é uma busca pela solução constitucional e democrática que respeita povos e culturas, considerando que é um direito constitucional a liberdade para que povos expressem sua organização. Diante disso, se faz fundamental a condição de que o Estado-nação soberano renuncie a qualquer política de negação e aniquilação do povo curdo. De acordo com o pensamento de Öcalan, que trata do povo curdo em território turco (onde foi a formação do PKK e começou o movimento de libertação) e sírio,

destaca que quando o Estado turco abandonar políticas de perseguição ao povo e aceitar a autonomia democrática dos povos de todas as culturas conflitos de origem étnica poderão cessar.

Caso não exista essa condição de aceitação da soberania, haverá a implementação unilateral do projeto de autonomia democrática, pelo direito do povo curdo se constituir em uma nação democrática, por meio de sucessivas lutas e resistências que já são parte do processo revolucionário, “colocando em jogo toda sua capacidade até que se chegue a um compromisso ou se consiga a independência mediante a guerra (ÖCALAN, 2018, p. 35).

O KCK não é o equivalente ao Estado-nação principalmente por seu caráter essencialmente democrático na construção da autonomia do povo curdo, ainda que possua elementos similares como a institucionalização da estrutura organizativa, são formas diferentes. Na constituição da KCK se encontra o órgão para tomada de decisões, o KONGRA-GEL que significa Assembleia do Povo, um espaço de cunho democrático e sua importância deriva da autonomia dos cidadãos tomarem as próprias decisões. O Conselho Executivo e a Instituição Presidencial Geral da KCK- no nível mais alto de representação, para supervisionar e monitorar as unidades da KCK na aplicação das políticas fundamentais. Uma das frentes de trabalho da KCK é levar os Estados-nação, principalmente aqueles onde existem populações curdas, ao reconhecimento legal dos curdos como povo organizado autônomo para que possam exercer sua própria cultura dentro de seus territórios, mas na ausência de reconhecimento, o próprio sistema legal autônomo curdo se desenvolverá de forma unilateral (ÖCALAN, 2018, p. 54).

Öcalan tece uma crítica acerca da origem da formação dos Estados-nação baseado no entendimento de que as nações são resultado do processo de expansão do capital e a demanda por exploração de recursos em territórios, no paradigma da modernidade capitalista precisaram fazer com que a história e a cultura nacional fossem construídas de acordo com os interesses da classe burguesa para que pudesse se desenvolver, apagando ou assimilando culturas de povos originários. Ao contrário dessa dinâmica, em uma sociedade democrática uma gama de grupos sociais pode coexistir convivendo com as diferenças culturais e identitárias sem uma cultura uniforme, “pois a uniformidade é vista como algo disforme, empobrecedor e maçante” (ÖCALAN 2018, p. 58).

Igualdade e liberdade só são possíveis dentro do modelo Estado-nação para uma classe social: a que detém o monopólio político e econômico e que não está disposta a abrir mão de sua posição social, não permitindo com que toda sociedade tenha garantidos os mesmos direitos, em uma sociedade capitalista a liberdade e igualdade são meras formalidades previstas em leis que não tem respaldo na materialidade.

A questão curda encontra solução na nação democrática porque a nação democrática reconhece a existência da história e a cultura curda, o oposto da República da Turquia que deu início a um longo período de negação e aniquilação da herança cultural. Por razão de resgatar a riqueza dos elementos culturais, o PKK elaborou a estratégia de construir a consciência histórico-cultural fortalecida pela proclamação do manifesto “O caminho da Revolução do Curdistão”, o manifesto foi a representação material do trabalho de base revolucionário para não se perder a cultura e história do povo curdo.

O processo da nação democrática curda, portanto, possui suas bases fundamentais ideológicas e filosóficas orientadas pela carga histórica e cultural do povo curdo, a era da modernidade democrática se inicia através do renascimento de uma nação democrática e revolucionária, contra o negacionismo histórico e cultural dos Estados-nação (ÖCALAN, 2018, p. 59).

Um dos princípios fundamentais da nação democrática é a autodefesa, necessário para que a sociedade democrática possa manter sua diversidade, o que pode ser considerado como legítima defesa, tanto que para isso, o movimento de libertação curdo constituiu a formação das unidades de defesa, YPG e YPJ. São organizações com estrutura militar, organizadas de forma que protejam a sociedade de ataques externos que queiram dominar o território de Rojava, uma vez que como já vimos no primeiro capítulo, o Oriente Médio é uma região marcada por conflitos intensos. A autodefesa do povo curdo de Rojava é um mecanismo necessário para proteção da continuidade do processo revolucionário.

As YPJ exercem um papel muito importante nesse processo, a autodefesa para as mulheres, a participação ativa feminina na linha de frente como foi o caso da tomada de Kobane do ISIS em 2014. Eram mulheres que estavam defendendo as barricadas. Embora a experiência de mulheres em áreas da sociedade onde a participação feminina não é tão comum, como é o caso da guerra, não seja inédito já que houveram outros episódios na história em que mulheres foram combatentes e obtiveram reconhecimento

por isso, a experiência das mulheres de Rojava faz parte dos movimentos que tiveram diligência para formar os próprio mecanismos de defesa e ao mesmo tempo chamar atenção para a revolução curda.

Imagem 6- Mulheres Curdas da YPJ



Fonte: Outraspalavras

Uma outra organização formada por mulheres dentro do movimento anarcossindicalitas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a Federação Nacional de Mulheres Livres. Pouco antes, em 1936, foi lançada a revista Mulheres Livres que produzia publicações mensais com as mulheres como público alvo ao passo que eram as escritoras dos exemplares, o principal intuito das publicações era despertar a consciência das mulheres trabalhadoras para ideias libertárias e emancipadoras, com o objetivo de libertá-las da tripla escravidão: da ignorância, de mulher e de produtora. Os temas dos artigos da revista discutiam educação sexual, abolição da prostituição e amor livre.

Já a Federação Nacional de Mulheres Livres foi um grupo independente e autônomo que se reuniu em 1937 que no pouco tempo de atuação teve êxito em ajuntar as demandas comuns as mulheres trabalhadoras das fábricas, trabalhadoras domésticas e mulheres que tinham família, em um esforço para encaminhar essas demandas aos movimentos de trabalhadores anarquistas do movimento operário que por não serem mulheres, apenas não desviavam os olhares nem os ouvidos para saber quais eram os dilemas do trabalho reprodutivo e produtivos que todas essas mulheres lidavam cotidianamente.

Dessa forma, para poder reivindicar a sua existência e as mazelas sociais, as mulheres espanholas articularam a Mulheres Livres em um esforço coletivo focado nas “relações entre a subordinação econômica, cultural e sexual das mulheres” (GALHERA; SENA, 2021, p. 2) assim como os operários estavam se organizando, porém, estavam mirando nas condições de trabalho nas fábricas e diziam que demandas de outra ordem, como as questões de gênero ou maternidade, ficariam “para o dia após a revolução”.

Imagem 7- Fundadoras da Mulheres Livres



Fonte: Cgtaragonlarioja

Tal qual as companheiras espanholas, o movimento de mulheres curdas concentrou a luta de libertação nacional em duas frentes: uma no povo e na sociedade, pensando em ações coletivas de forma mais ampla e outra nas questões referentes ao gênero e outros assuntos referentes a situação das mulheres na sociedade. Para tal, criaram a *Ciência da Mulher/ Jinealogia*, como base epistemológica por trás do Movimento de Mulheres Curdas.

A Jinealogia se configura como o conjunto de pressupostos políticos-filosóficos que servem de fundamentação para liberdade da mulher no contexto da revolução curda e expressa questões que podem ser debatidas quando o assunto é o ser mulher como uma categoria social, juntamente com as bases sociais e filosóficas para estrutura da organização social, política e militar.

O lema *Jin, Jiyar, Azadi!* (Mulheres, Vida, Liberdade) sintetiza o que a liberdade das mulheres significa dentro do processo revolucionário, a base ontológica, são os princípios que guiam a movimento de mulheres curdas (Koma Jinên Bilind-

KJB). Uma sociedade de mulheres livres é realmente democrática, pois, os homens como únicos sujeitos livres, exclui as mulheres, e expressa uma contradição do movimento revolucionário.

Jineologia, Jinologî em curdo, termo formado por *jin* que significa mulher e *jiyan/jin* que significa vida e o sufixo *logía* do grego ciência ou razão. A busca da Jineologia passa pelo rompimento com as ciências sociais das potências hegemônicas e com a ciência da modernidade capitalista, produzidas ou incentivadas pelo monopólio da instituição do Estado-nação. Sua produção advém das reflexões do movimento de mulheres no processo de emancipação enquanto agentes da práxis revolucionária no movimento de autoformação e autogestão.

A criação da Jineologia tem sua origem na categoria mulher por enxergá-la como sujeito criado da sociedade, e parte do ponto de que as mulheres são sujeitos que devem possuir participação ativa na sociedade, em todos os âmbitos. A importância de elaborar o status da mulher socialmente é porque para o movimento de libertação curdo, as mulheres são a potência e não sujeitos passivos de opressão por conta de seu gênero, ao contrário, o gênero é o marco para o nível de liberdade da sociedade “o nível de liberdade e igualdade da mulher determina a liberdade e a igualdade de todos os setores da sociedade” (ÖCALAN, 2020, p. 26).

Como ciência, a Jineologia é colocada como crítica à ciência positivista da modernidade capitalista, que separa sujeito e objeto e coloca de lado questões julgadas como puramente abstratas, como é o caso da memória coletiva. Colocando o conhecimento científico em um patamar acima do conhecimento popular acumulado ao longo dos anos da cultura de um povo tradicional. Esse tipo de segregação deslegitima conhecimentos ancestrais ao mesmo tempo que reproduz discursos e práticas de dominação da natureza e da sociedade, além de manter formas de controle e poder.

Imagem 8- Representação da Jineologia



Fonte: Jinhagency

Sendo um dos elementos parte do Confederalismo Democrático, a Jineologia exerce o papel de uma nova ciência, seu objeto ontológico principal é a mulher em quanto existência/ser, conhecimento e a forma de ser mulher, sendo assim, não é uma ciência que permite se desligar da sociedade em que as mulheres estão inseridas e nem generalizar todas as mulheres em todas as sociedades.

Um dos pontos importantes que deram início à necessidade para criação da Jineologia junto com a fundação da União de Mulheres do Curdistão nos anos 1990 foi a teoria de *matar o macho dominante*, essa expressão é carregada de bastante significado, além do questionamento ao patriarcado, a exploração, a hegemonia e o poder de controlar como características essencialmente masculinas em detrimento das mulheres. *Matar o macho dominante* que dizer essencialmente que a dominação masculina que se encontra profundamente enraizada na sociedade é institucionalizada, esse sistema foi produzido e é reproduz homens e mulheres nesses moldes. Segundo Öcalan, matar o macho dominante significa matar o poder, matar a dominação unilaterial, a desigualdade e a intolerância (ÖCALAN, 2013, p. 52).

O poder do *macho dominante* deriva do sexismo da sociedade de classes e da cultura de dominação masculina por meio de hierarquia, patriarcado e poder. De modo que, o sujeito social e político mulher foi privado de identidade e personalidade, enquanto o homem usufrui de seus direitos de forma insidiosa, traidora e despótica (ÖCALAN, 2013, p. 50). Precisamos pontuar as desigualdades de gênero como as estamos retratando é um fenômeno social resultado do processo construído ao longo da história muito depois do sujeito biológico.

A posição de *macho dominante* representa a masculinidade, que foi se consolidando como gênero dominante na posição de governar, no paradigma do Estado-nação. O homem então, se encontra nessa posição central de poder e controle, a masculinidade então deve ser aniquilada. A posição em que a mulher foi colocada na sociedade apenas por conta de seu sexo biológico em primeiro é de propriedade e depois de mercadoria.

Por isso a necessidade da urgência por igualdade entre os gêneros para que haja o fim do patriarcado e com isso a emancipação feminina, em todos os sentidos é um dos pontos fundamentais no pensamento de Öcalan para transformação radicalmente democrática da sociedade. Segundo suas análises, para que a sociedade seja livre, a mulher deve ser livre. A libertação das mulheres deve ser de interesse de toda sociedade, embora venha sendo objetivo determinado pelas próprias mulheres que vêm se organizando e trabalhando para tal, a Jineologia é um dos maiores exemplos da articulação das mulheres em Rojava. Desse modo, na luta pela liberdade do povo curdo, o PKK e o movimento de mulheres na fundação da Jineologia e na práxis da auto-organização articulam meios para a superação do patriarcado.

A democracia radical é a alternativa ao Estado, como forma de autogoverno da sociedade não estatal. No modelo de sociedade organizada democraticamente o poder não se concentra no Estado centralizado, o poder está na capacidade das comunidades se autogovernar sem o Estado. Nas sociedades da modernidade democrática a soberania plena estatal é negação da democracia. Todo processo de análises da atuação do Estado e do capitalismo e as indicações para os caminhos que poderiam solucionar tais problemas foi desenvolvido tanto pelo PKK na condição de representação popular. O PKK teve a tarefa de desenvolver teorias, programas, estratégias e táticas orientadas pela modernidade democrática como o novo paradigma político, social e econômico.

A modernidade democrática só pode existir através da comunalidade, da ecologia social e da nação democrática. Uma nova forma de nação com formações multipolíticas, múltiplas identidades e multiculturas, de modo que a nação democrática possui claras capacidades de propor soluções para as pequenas comunidades até uma comunidade global. Porém, para alcançar uma estrutura social democrática, libertária e ecológica um dos pilares fundamentais é a libertação das mulheres, sem a igualdade de gênero na sociedade, nenhum nível de liberdade ou igualdade será significativo.

Uma das bases teóricas da nação democrática é o Confederalismo Democrático,

proposto pelo programa político revolucionário do PKK e resultado do acúmulo de análises e reflexões de Öcalan repensando a organização do movimento autônomo, que reúne elementos essenciais que já discutimos anteriormente como a construção de uma sociedade ecológica onde impera a democracia radical e o pluralismo político.

Em síntese, o Confederalismo Democrático é “um tipo de organização ou administração que pode ser chamado de administração política não-estatal ou democracia sem Estado” (ÖCALAN, 2018, p. 27). Na hipótese de Öcalan, Estados administram e as democracias que governam, os Estados são fundados em relações de poder e usam da coerção, os governos democráticos deveriam usar do consenso coletivo e da participação voluntária. Logo, o Confederalismo Democrático usa da participação popular, nas comunidades são tomadas as decisões que impactam a vida em sociedade e o poder de decisão é imputado às instituições locais de base. A democracia radical é o modelo que possui capacidade de comportar a diversidade de grupos étnicos e de religiões como é a realidade social do Curdistão e de Rojava.

O Confederalismo Democrático visa o estabelecimento de estruturas federativas nas quatro partes do Curdistão e ao mesmo tempo constituir uma confederação comum do Curdistão, garantindo a autodefesa dos povos e o avanço da democracia em todo Curdistão. Sendo parte importante do sistema da nação democrática que também prevê que a nacionalização dos povos não depende do poder de um Estado, mas pode se dar via instituições autônomas de autodefesa, economia, justiça social, diplomacia e cultura (ÖCALAN, 2016, p. 21).

Pela nação democrática, em Rojava, os povos se organizam na busca por autonomia em comum contra a lógica da hostilidade que forja os Estados-nação, a luta do movimento curdo nessa região vem sendo pela ruptura com a lógica desse sistema de poder centralizado e da definição de uma identidade nacional. Se entende que a identidade nacional advém de bases democráticas, cada nação redefine a sua identidade quando constitui sua própria organização social. A identidade então passa a ser construída a partir de autodefinições formadas pelas estruturas autônomas, mediante tomadas de decisões comuns em assembleias, cooperativas, conselhos de municípios que seja resultante de processo coletivo. A convivência da diversidade de povos de grupos étnicos é prevista, tolerada e é uma das bases da autonomia democrática, logo, a identidade nacional como unidade não é parte fundamental.

Se faz indispensável que cada comunidade participe das assembleias das suas

organizações autônomas, colocando em prática o princípio de que diferentes comunidades podem se organizar em coletivo e internamente para seus próprios membros.

A nação democrática adotada pelo movimento curdo é uma prática política, o processo liderado pelos curdos seguindo para modernidade democrática serve como expoente para outros povos, a Revolução de Rojava não é somente a revolução do povo curdo.

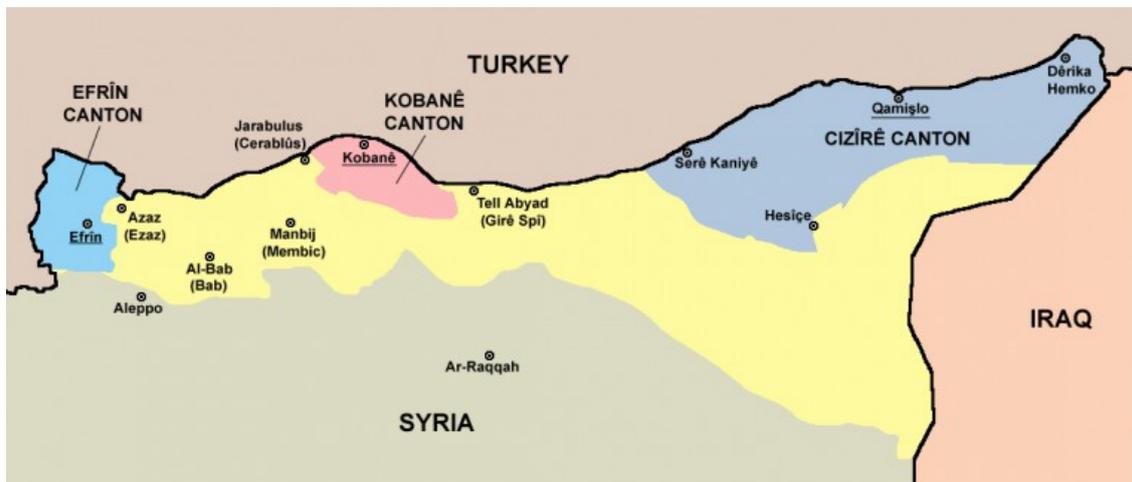
3.2 Federação Democrática da Síria

A região de Rojava é formada por três cantões autônomos que tiveram a autonomia declarada em 2012, a região composta por aproximadamente 2312 km² e mais de 380 cidades e vilarejos. A população estima-se em mais de 3 milhões de pessoas de diversas etnias. Fora os cantões que são autônomos, Rojava é formada por mais outros que são Qamishlo, Hasekê, Kobanê, Girê, Spî, Êfrîn e Shelba.

Esse território autônomo no norte de Síria está assim definido pela constituição do Contrato Social do autogoverno da Federação Democrática do Norte da Síria, formalizado por meio de uma Assembleia Constituinte da Federação, no dia 29 de dezembro de 2016. O contrato se configura como a base legal da Federação estabelecendo as bases para a administração, organização política, social, produção e reprodução da vida nos cantões. O artigo 47 do Contrato Social traz a afirmação de que os povos e grupos dessa região se organizam de forma livre e democrática e possuem capacidades para desenvolver e estabelecer mecanismos para a tomada de decisão em assembleias populares.

Cada cantão tem seu próprio governo, possuem estruturas legislativas e executivas que atuam no Congresso dos Povos Democráticos, que assume a posição de governar a federação e coordenar os cantões de Afrin, Cizre e Kobane. Mesmo com o Congresso, no sistema de federação cada cantão possui autonomia para se autoadministrar, não sendo estabelecida a relação de hierarquia, mas sim, relação de confederação do sistema de comunas.

Imagem 9- Mapa de Rojava



Fonte: Wikipedia

O Contrato Social define a estrutura das instituições e seu papel na sociedade democrática, como funcionam na prática as comunas, os comitês e as assembleias populares. Além de estabelecer o sistema para eleger copresidentes das comunas e delegados para as assembleias, mesmo em posição de liderança, no sistema de comunas esse papel é mais uma espécie de dirigente para servir a comunidade como um trabalho de participação voluntária.

Em julho de 2017 por meio da Assembleia Constituinte foi definido o calendário das eleições para as assembleias locais das províncias e cantões que se realizaram em três etapas no mês de dezembro do mesmo ano. Através do sistema de copresidência, o sistema das comunas busca a participação igualitária de gênero para os cargos executivos. Em Cizire foram eleitos 5.102 copresidentes para 2.551 comunas; em Kobane foram 1.698 copresidentes para 849 comunas e em Afrin 415 comunas foram eleitos 830 copresidentes de cada um como representantes de diferentes etnias, religiões e idades. Depois de eleger os copresidentes, houveram eleições para eleger os delegados para integrar o Congresso dos Povos e para as Assembleias das Regiões Autônomas. Essa etapa que aconteceria em 2018 não se realizou pois o cantão de Afrin sofreu ataque do Estado turco.

No preâmbulo do Contrato Social, está descrito como se constitui a Federação Democrática do Norte da Síria, que está baseada no princípio da descentralização administrativa e política, e em um sistema democrático, ecológico e na libertação da

mulher. O Contrato também prevê os valores materiais e morais que regem a administração, gestão do território e das instituições que estão sob a autonomia democrática, entre eles a livre vontade de todas as unidades em acordo com os princípios da nação democrática.

A participação igualitária dos indivíduos e dos grupos está garantida pelo sistema democrático da federação onde a coexistência e a solidariedade entre os povos e a consideração da pluralidade de etnias e religiões é tanto um dos pilares fundamentais como um princípio base da sociedade. Assim, as assembleias e os conselhos são partes do processo de um fenômeno popular em Rojava, instrumentos para garantia e manutenção da participação política ativa e da práxis social. As assembleias e conselhos que formam o governo autônomo são a base da nação democrática e o núcleo do movimento da revolução popular, estão no nível mais alto da estrutura autônoma. O nível de auto-organização do movimento curdo foi articulado para que pudesse alcançar a vida cotidiana da sociedade (Assembleia Constituinte da Federação Democrática do Norte da Síria, 2016)

As comunas também são parte da autonomia democrática, estão no nível mais baixo da estrutura autônoma e foram construídas por necessidade do povo para não perder o controle do território de Rojava ainda no contexto da Primavera Árabe quando houve a oportunidade para que o povo pudesse ocupar o vácuo de poder deixado pelo Estado sírio na região norte. Foi uma iniciativa de organização do povo de Rojava, o movimento curdo começou pelas pequenas comunidades de bairros para resistir e lutar pelo avanço do controle político e militar aliado com as assembleias populares organizadas.

A estrutura das assembleias possui a capacidade de mobilizar a sociedade ao mesmo tempo que permite a reorganização das relações sociais, o que ultrapassa a administração social na compreensão da autonomia, colocando os sujeitos com maior participação, crítica e autocrítica do movimento revolucionário. Os curdos que ao longo de sua história com os Estados-nação do Oriente Médio vem resistindo lutando por libertação, autodeterminação e emancipação social, a autonomia esteve presente como horizonte político, econômico e social o que inspirou o programa político do PKK que reverteu ao que já era prática do povo em teoria política.

As primeiras assembleias populares foram formadas nos bairros curdos a partir de 2011 por intermédio do PYD, pequenos grupos políticos que já estavam se

organizando desde antes passaram a ter mais rigor e método quanto a organização social e aos objetivos do movimento de libertação. Rigor e método porque o PYD era um partido aliado ao PKK na Síria quando este já havia reformulado seu programa político, as táticas e estratégias e o Confederalismo Democrático estava sendo construído como o horizonte político e econômico para o que sociedade e partido entendiam como a solução democrática.

Como a base popular na Síria o PYD aliado a outros atores, organizações e partidos políticos curdos fundaram estruturas interligadas para organizar o autogoverno da FDNS. O Conselho Popular do Curdistão do Leste (MGRK) reúne as organizações da participação direta, a Comuna integra o primeiro nível do MGRK e por isso estão no nível mais prático da organização, já que o trabalho das comunas está voltado para temas que são sobre as questões sociais como educação e saúde, por exemplo. No segundo nível está o Conselho Popular formado pelos representantes eleitos das comunas; e no terceiro nível estão os representantes dos Conselhos Populares que formam o Tev-Dem (Tevgera Civaka Demokratik), a tarefa do Tev-Dem se concentra em garantir que em Rojava os princípios do Confederalismo Democrático sejam aplicados. No quarto e último nível está o Conselho Popular do Curdistão do Leste (MGRK) que inclui o Tev-Dem. O Tev-Dem desempenha um papel fundamental e de extrema importância como a organização coordenadora do sistema de assembleias e comunas do governo autônomo.

Existe ainda a Administração Autônoma Democrática, formada pelo Conselho Legislativos (parlamentar), Conselho Executivo (ministerial) e Conselhos Municipais, todos possuem representantes que atuam de forma conjunta com os representantes do MGRK.

É notável como foram se constituindo as organizações e instituições democráticas no processo revolucionário. Entre elas não podemos deixar de destacar a função das mulheres na manutenção da organização social, a mentalidade e prática da libertação da mulher com a Jineologia para seu protagonismo em todos os âmbitos da sociedade, principalmente nos espaços públicos onde existe a disputa de poder. Como espaço onde as mulheres poderiam se organizar em Rojava, a União Estrela (Yekîtiya Star) fundado em 2005 deu origem à Kongreya Star, uma organização aliada aos precietos do Confederalismo Democrático, na área de coordenação, implementação e supervisão das decisões políticas que estão ligadas ao movimento de mulheres nos

cantões autônomos. Alguns princípios regem a Kongreya Star, como a união voluntária das instituições, das organizações e das mulheres que desejem integrá-las e o respeito à diversidade étnica, religiosa, linguística e cultural. A Kongreya Star também agrega um Conselho de Mulheres para a Justiça Social, organizado de forma autônoma para atuar no sistema de justiça em questões de violência contra a mulher.

A Kongreya Star assim como as demais organizações do autogoverno, é organizada em forma horizontal para participação direta em comunas, assembleias e cooperativas. O maior exemplo delas são as “casas das mulheres” que atua em duas frentes: no acolhimento das vítimas e na promoção de ações de enfrentamento contra os casos de violência.

O movimento de mulheres em Rojava é bastante atuante e após a reformulação do PKK e o advento do Confederalismo Democrático, o surgimento e consolidação das organizações de mulheres mostrou quão forte já era a participação ativa desse setor na sociedade, como o papel da Comunidade de Mulheres Curdas (KJK) à frente das ações para o avanço das mobilizações.

Nesse contexto de processo da articulação político-social começaram a funcionar o sistema de instituições democráticas e de assembleias populares que foram se constituindo como as instituições de autogoverno, organizando sessões da sociedade em locais menores, como os bairros, em um esforço para que a autonomia democrática fosse conquistada sem depender das estruturas do partido.

3.3 Assembleias e Comunas

A vida social livre e democrática em Rojava está fundamentada na formação de comunas, instituições sociais e assembleias, essas instituições formam o sistema social, político e econômico.

Podemos encontrar o que são as assembleias no artigo 49 do Contrato Social da Federação do Norte da Síria. De acordo com a carta, são as unidades sociais representativas do povo, o espaço para debate e deliberação quanto à formulação de ações políticas ao nível de bairros, cidades, distritos, cantões e regiões. Foram pensadas e colocadas em prática para preservar a existência e continuidade da sociedade democrática, para assegurar que foram realizados os objetivos políticos, sociais, econômicos e culturais. A composição das assembleias é formada de 60% por

representantes eleitos pelos cidadãos e os outros 40% de grupos e segmentos sociais, o número de membros é significativo à densidade da população a qual cada assembleia corresponde. Os membros que as compõem são eleitos democraticamente dentro de cada segmento social, étnico, religioso e cultural.

Integra a estrutura da Federação Democrática a Assembleia do Contrato Social, constituída por juizes, advogados e juristas. O método de seleção e o trabalho da Assembleia são decididos por lei e aprovados por 2/3 dos membros do Congresso dos povos democráticos. A principal função da Assembleia é interpretar os artigos do Contrato Social.

As atividades das assembleias são organizadas por seus copresidentes através de comissões, das assembleias são escolhidos os membros do Conselho de Coordenação para cada bairro, e os membros do Conselho Executivo para cada distrito, cantão e região. Ainda fazem parte da estrutura democrática as Assembleias dos Cantões; um cantão corresponde as localidades em seus entornos e a Assembleia do Cantão é o órgão legislativo eleito pelos povos do cantão de forma que a quantidade de membros eleitos corresponde ao tamanho do cantão. Os cantões também possuem Conselho Executivo que executa decisões e aplica as políticas deliberadas pelas Assembleias dos Cantões.

Além dos cantões, existem as regiões- unidades administrativas compostas por territórios conectados geograficamente, por um cantão ou mais de um, que dividem características históricas, demográficas, econômicas e culturais. As regiões da Federação Democrática administram e organizam os próprios assuntos mediante os princípios de autogestão democrática, em âmbito político, econômico, social, cultural, educativo, quanto à saúde e segurança interna. Cada região possui autonomia para constituir e desenvolver seu sistema judicial em conformidade com o Contrato Social da Federação Democrática e com os acordos internacionais de direitos humanos. Para representar cada região existe uma Assembleia popular regional que cria e coloca em prática as leis e ainda, supervisiona as políticas da região, a vigência da formação de cada assembleia é de quatro anos e os seus mecanismos são regulados por lei. Os membros que a compõem são 40% eleitos por democracia representativa, esses necessariamente representam culturas, etnias e religiões, os outros 60% são escolhidos nas eleições gerais e não obedecem a esses critérios de pluralidade de representação.

O Congresso dos povos democráticos é a assembleia que reúne os povos da Federação Democrática do Norte da Síria, o congresso simboliza valores como

integração, fraternidade, coexistência e união livre e democrática. Considera as regiões da autoadministração, os grupos e unidades locais democráticas como a base do sistema de federação, o objetivo do congresso é unificar os povos sobre o princípio da livre vontade, assegurando a representação global dos povos da federação. As atividades do Congresso funcionam conforme seu regulamento interno através de comissões, para resoluções e projetos as comissões são propostas em plenárias e constituídas mediante as necessidades e os interesses do Congresso. Entre as funções do Congresso está celebração a de reuniões ordinárias e extraordinárias, onde são discutidas as atividades e aprovados os projetos propostos; definição de objetivos estratégicos em todas as áreas da vida social; a aprovação da adesão de uma região ou cantão à Federação Democrática do Norte da Síria depois da adesão ao Contrato Social.

A estrutura da Federação Democrática ainda possui um Conselho Executivo, que exerce a função de implementar as decisões políticas tomadas pelo Congresso dos povos. A organização do Conselho depende dos seus departamentos e força executiva coletiva em acordo com as dimensões da nação democrática, em termos de representação, o Congresso preza pela igualdade dos povos e grupos sociais da região também no que tange à equidade de gênero.

A parte responsável pela segurança da Federação Democrática é chamada de Forças de legítima defesa, que é responsável pela defesa armada e proteção da região diante de qualquer possível ataque que cause ameaça aos povos. Ao lado da segurança e defesa está o Sistema Democrático de Justiça, responsável pelas questões relacionadas com justiça e direitos sociais, consiste em um conjunto de instituições como Comissões de paz, Oficinas de justiça, Comissões de investigação, Conselhos de justiça e Conselho de justiça das mulheres. Os princípios morais da sociedade democrática são a base do que se entende por justiça no tratar da mediação de conflitos entre comunas, aldeias e distritos pautados em diálogo, negociação e consentimento mútuo.

Existem organizações específicas para tratar assuntos relacionados aos direitos das mulheres que quando vão para a estrutura institucional ficam nas mãos das mulheres que representam as demais no Conselho de justiça, ou seja, no Conselho de justiça das mulheres.

O Contrato Social descreve as comunas como a organização fundamental da democracia direta, as comunas são as gestoras e o espaço para deliberação em respeito à organização e administração, uma espécie de assembleia que possui independência em

todos os níveis das tomadas de decisões. Na origem do termo “comuna” significa comunidade, e em Rojava, as comunas significam o espaço para os povos de diferentes identidades étnicas e crenças religiosas e como já vimos, a diversidade cultural é uma das bases da estrutura social de Rojava.

As comunas representam a participação, a ação coletiva e comportamento comum da sociedade curda, nas comunas são tomadas decisões que impactam na vida comum onde a base é a participação de todos e o consenso coletivo.

As primeiras comunas foram formadas em 2012 depois da fundação do Tev-Dem e do Congresso de Mulheres (Yekêtiya-Star) que articulou as próprias comunas de mulheres. As comunas se encontram no nível local que são os bairros, para então com a união de várias comunas se vá ampliando o alcance da solidariedade e colaboração entre os copresidentes que vão trabalhar para satisfazer as necessidades comuns de suas regiões em coordenação. Desse modo, as comunas assim como as assembleias populares foram se tomando um movimento dentro do processo revolucionário com as comunas se convertendo mais para o modo de vida em Rojava, quando a autonomia passou a ser a experiência que organiza a vida social. São o nível mais prático da organização popular, onde se criam as relações e decisões coletivas e a capacidade comunitária para realizar as transformações sociais podem ser menores se tratando de serem locais e mais perceptíveis por serem mais cotidianas. Como nas assembleias, as mulheres ocupam o próprio espaço com 50% da participação ativa nas atividades práticas de organização, o que representa os esforços para superação do patriarcado.

As comunas constituem um sistema de organizações político-moral, necessariamente antiestatal, logo, a principal condição para existência e manutenção das comunas é a rejeição à formação do Estado, uma vez que o aparelhamento estatal centraliza o poder, divide a sociedade e está pautado em hierarquização.

Portanto, o sistema de organização social em comunas e assembleias são em Rojava a expressão da democracia radical e de base. E da revolução política com alma social, uma vez que a percepção de que o modelo de Estado-nação não atenderia às necessidades do povo de Rojava veio justamente da base da sociedade. Além das assembleias e das comunas, as demais organizações políticas e sociais fundadas na região de Rojava demonstram que Confederalismo Democrático o resultou em no governo autônomo da Federação Democrática do Norte da Síria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal esforço na escrita deste trabalho foi compreender a proposta de projeto político do PKK e o papel que o partido teve na construção do processo revolucionário de mudanças estruturais na sociedade de Rojava, Síria. Para tanto, tivemos que fazer uma regressão na história do partido, na formulação e na reestruturação, nos aspectos teóricos e práticos do partido quanto a principal organização política do movimento de libertação do povo curdo. O PKK então, se configura como partido de vanguarda em meio aos levantes populares da revolução exercendo seu papel como instituição popular que esteve à frente do processo revolucionário. A constituição do PKK demonstra o poder de articulação e de organização do povo curdo, a maior nação sem Estado, em busca da autonomia de seu próprio território que foi invadido e dividido por potências imperialistas no século XX e que ainda hoje permanece tendo seus recursos disputados, o que gera conflitos, guerras e instabilidade.

O PKK não foi o único partido político curdo que se levantou em prol do povo, mas foi o que adquiriu apoio popular e sobretudo apelo da classe trabalhadora curda, formada por camponeses, e da juventude, além de ter o apoio da esquerda política mais radicalizada, o que fez com que ao longo dos anos o partido pudesse fazer mudanças internas tanto na sua estrutura quanto mudanças táticas e estratégias como a proposta de mudanças estruturais na sociedade.

O objetivo de representar o povo do Curdistão continuou sendo o horizonte do PKK, o que precisou passar por reformulações foi a forma encontrada para tal objetivo, interpretando a realidade da sociedade curda, precisou de adaptações de acordo com as condições e necessidades de cada mudança à frente como foi a prisão de Öcalan, que foi dirigente e ainda se mantém como uma forte liderança do partido e também como teórico.

De acordo com as fontes consultadas como Florestan Fernandes e Murray Bookchin e principalmente pelos escritos de Öcalan, nosso argumento considera que Rojava uma experiência revolucionária contemporânea que vêm se consolidando apesar dos ataques e pressões que sofre por parte do Estado turco e que sofreu pelo avanço do ISIS. A resistência popular coletiva com a formação das frentes de autodefesa que

foram construídas pela percepção de que o povo passaria por ataques e perseguições são um dos elementos fundamentais para manutenção e avanço do processo revolucionário. Assim como a Jineologia, a ciência da mulher- que é um dos aspectos mais importantes dentro da autonomia democrática, sem a libertação da mulher não é possível a libertação da sociedade, a libertação das mulheres se configura como uma das bases ideológicas do PKK. O Movimento de Mulheres curdas é uma das indicações de que a insistência da ação das mulheres organizada resultou em instituições como o PJKK -Partido das Mulheres Livres do Curdistão.

A crítica e autocrítica das ações do partido e as condições sociais apresentadas apontavam que seguir com a prática da luta armada apenas causaria mais mortes e aumentaria os conflitos, iria inflar cada vez mais a repressão das forças de segurança turca e que a população curda é que sairia prejudicada, além disso, as táticas de guerrilha serviram para que o Estado turco taxasse o PKK como uma organização terrorista sendo inclusive reconhecido pela comunidade internacional por isso. Embora, ainda enfrenta as investidas da Turquia que como signatária da OTAN possui grande poder bélico e poder de influência perante outros exércitos conta com o apoio de países aliados. Portanto, uma das contradições que cercam Rojava é a escolha de fazer alianças com potências que podem oferecer algum tipo de apoio, proteção e recursos. Um dos princípios do Confederalismo Democrático é a autodefesa que inclui a proteção do povo, dessa forma, compreendemos que para seguir e manter o modelo social do Confederalismo decisões como aceitar o fornecimento de armamento dos EUA são tomadas coletivamente.

Mas para analisar o papel do PKK precisamos compreender também a aceitação e boa recepção da prática do Confederalismo Democrático em Rojava, pudemos constatar que as propostas escritas por Öcalan em suas defesas são fruto de acumulação de conhecimento da causa curda e de todo passado de lutas e resistência somados às análises do contexto social, político, cultural e econômico do Curdistão e que o Confederalismo Democrático foi o modelo próprio de organização proposto com capacidade de atender as necessidades do povo curdo. O povo que tendo a pluralidade religiosa e linguística como parte da identidade passou por processos de tentativas de assimilação cultural causados pela formação do hoje é a Turquia.

A regressão histórica que fizemos para compreender os posicionamentos do PKK se iniciaram pelo ímpeto de entender as condições materiais que possibilitaram a

autonomia de Rojava, entendendo que o PYD possui ligação direta com o PKK que na sua fundação seguia a base ideológica e filosófica o marxismo-leninismo, que muito embora tenha passado por mudanças ideológicas e organizacionais ao ponto de constituir o Confederalismo Democrático não abandonou suas raízes completamente. O método histórico dialético, tática e estratégia, o programa político revolucionário e principalmente a práxis social, são os elementos incorporados pelo PKK e são claramente percebidos partes essenciais do Confederalismo Democrático. A tarefa revolucionária, portanto, possui características organizacionais que são desenvolvidas e desempenhadas pela liderança do PKK, mas são sobretudo, desempenhadas pela sociedade. Dizemos assim que, o papel de transformação está no conjunto de ações sociais desenvolvidos pela população curda, que é o grande responsável por qualquer mudança em Rojava, nos cantões, nas assembleias e comitês de bairros, por menor que sejam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

@BlackSpartak. **O Contexto Geopolítico**. In: FERRAZ, Paulo. *A Revolução Ignorada: feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. P. 79-100.

ANDERSON T; EGRET E. **Uma breve história das lutas curdas**. In: COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA DE SÃO PAULO [CSRPC]. Soresa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina. Biblioteca Terra Livre & Comitê de Solidariedade à Resistência Popular Curda de São Paulo, 2016. P. 49-67.

ASLAN, Azize. **Las contradicciones de La Revolución Em La Lucha Kurda y La Economía Anticapitalista de Rojava**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Puebla, 2020.

BOOKCHIN, Murray. **O significado do Confederalismo**. 1990. Disponível em: <<https://bibliotecaanarquista.org/library/bookchin-o-significado-de-confederalismo>> Acesso em: 28 de março de 2022.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia Social e outros ensaios - 2.ed.** - Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

BOZARSLAN, H. **Between integration, autonomization and radicalization. Hamit Bozarslan on the Kurdish movement and the turkish left**. European Journal of Turkish Studies, 2012.

BERMEJO, Laura Fernández. **La trayectoria del Terrorismo Separatista en Turquía: El Partido del Los Trabajadores Kurdos (PKK)**. UNISCI Discussin Papers, nº11, mayo, 2006, p. 121-136.

BUZETTO, Marcelo. **A Batalha da Síria e a nova geopolítica do Oriente Médio**. Novos Rumos, São Paulo, v. 56, n.1, p. 129-146, 2019.

BUZETTO, Marcelo. **As lutas sociais e políticas no Grande Oriente Médio: entre as guerras imperialistas e a resistencia popular**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.20 n.37, p.168-182, jul/dez. 2016

CAMPOS, Pedro Olavo Carregosa. **Formulação e Reformulação do PKK**, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciências Sociais, 2017.

CASTILLO, Viridiana María López. **La conformación del movimiento cultural y político kurdo en Turquía y Siria: algunas dinámicas transfronterizas**, Revista de Estudios Internacionales Mediterráneos, nº27, p. 64-83, 2019.

COSTA, Geórgia Belisário Mota. **Política do petróleo: a relação dos Estados Unidos com os países produtores de petróleo do Oriente Médio**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)- Curso: Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2009.

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA DE SÃO PAULO [CSRPC]. **Soresa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina.** São Paulo: Terra Livre, 2016.

CONNELL, Severant E. **The Kurdish Question in Turkish Politics**, Orbis, vol. 45, nº1, 2001, p. 31-46.

DIRIK, Dilar. **Construindo uma democracia radical sem Estado.** In: FERRAZ, Paulo. *A Revolução Ignorada: feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio.* São Paulo: Autonomia Literária, 2016. P. 16-27.

EDITORA DESCONTROL. **Breve História de Rojava.** In: FERRAZ, Paulo: *A Revolução Ignorada: feminismo, democracia direta e pluralismo radical do Oriente Médio.* São Paulo: Autonomia Literária, 2016. p. 101-116.

EL CONTRACTO SOCIAL DE ROJAVA (Rojava Toplumsal Sözlesmesi), Qalismo, Síria, 2014.

ERGIL, Dogu. **The Kurdish question in Turkey.** Journal of Democracy, vol. 11, nº3, julho 2000, p. 122-135.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Lenin; Política. Coleção Grandes Cientistas Sociais:** Editora Ática, ed 3, 1989.

FUSER, Igor. **Petróleo e Poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico.** São Paulo: Editora Unesp, 2008.

GUNTER, Michael M. **Historical Dictionary of the Kurds.** 2011.

IGLESIAS, Mario Laborie. **Los Kurdos y el conflicto sirio.** Documento Análisis, Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE), nº6, 2012. Disponível em: <<http://www.ieee.es/publicaciones-new/documentos-de-analisis/2012/DIEEEA52-2012.html>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

JONGERDE, J & Akkaya; A.H. **The Kurdistan workers party and a new left in turkey: analysis of the revolutionary movement in turkey trough the PKK's memorial texto n Haki Karer.** *European Journal of Turkish Studies*, 2012.

LUCENA, Maria de Fátima Gomes de. **Florestan Fernandes e a Revolução Cubana – algumas considerações sobre o livro “Da guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana”.** Revista Olhares Sociais/PPG-CS/UFRB, Vol. 03. Nº 02-2014, pág.131-138

MARTINÉZ, Joaquín Martínéz. **A transformação do PKK.** In: FERRAZ, Paulo. *A Revolução Ignorada: feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio.* São Paulo: Autonomia Literária, 2016. P. 55-60.

MCDOWALL, David. **A Modern History Of The Kurds**, Londres: I.b tauris & Co Ltd, 2007.

NASCIMENTO, Mariana Ribeiro do. **Jinwar: a guerra das guerrilheiras curdas em três fronts: gênero, Estado Islâmico e a Revolução de Rojava**, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Relações Internacionais, Faculdade Dantas da Instrução Cristã –FADIC, Recife, 2017. Disponível em:

<<https://www.faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/academico/article/view/542/477>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2021

ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático**. Coletivo Libertário de Apoio a Rojava. Rio de Janeiro: Rizoma, 2016.

ÖCALAN, Abdullah. **Guerra e Paz no Curdistão: Perspectivas para uma solução política da questão curda**. Colônia Internacional Initiative, 2008.

ÖCALAN, Abdullah. “**Prison Notes**”, (28 de agosto de 2002) apoud Jorgerden, Joost; Hamdiakkaya, Ahmet, “Democratic Confederalism as a Kurdish Spring: The PKK and the quest for Redical Democracy”, in Ahmet, Modammed y Gunter, Michael (eds.), *The Kurdish Spring: Geopolitical Changes anf the Kurds*, Mazda Publishers, p. 175-176); Bielh, Janet, op. cit., p. 170, 2013.

ÖCALAN, Abdullah. **Nación Democrática**. Editora Descontrol, 2018.

PEIXINHO, Maria de Fátima Amaral Simões. **O Curdistão no Iraque, ensaio de uma Nação: Contexto e Desafios**, 2010. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, **Mundo Árabe e Islâmico, Universidade Fernando Pessoa**, Porto, 2009. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2292/3/DM_20744.pdf> Acesso em 12 de junho de 2020.

REISSENER; LEICHT apoud Bermejo. **The Politics on the PKK (Kurdish Workers Party) a balance sheet**, 2006.

RIBEIRO, Rubia. **Curdistão: Um problema de ontem e hoje. Conjuntura Internacional**, ano 7, nº8, p. 15-21, 2010.

RICCI, C. **Primavera Árabe na Síria: . GAE-OMAM-Grupo de Análise Estratégica— Oriente Médio e África Muçulmana**, v. 1, n. 1, 12 nov. 2016.

RODRIGUES, Rúbia. **Curdistão: Um Problema de Ontem e Hoje**. Belo Horizonte: PUCMINAS. 2010.

ROMANO, David. **The Kurdish Nascionalist Moviment: Oportunity Mobilization and Identity**. Nova Iorque: Cambrige University Press. 2006.

ROMERO, Juan Jesús Duque. **A economia de Rojava**. Soresa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina, p. 165-169, 2016.

SCOTT, J. (2009). **The Art of Not Being Governed: An Anarchist history of uplad Southeast Asia**. New Haven: Yale University Press.

Stokes, Jaime. **Encyclopedia of the Peoples of Africa and Middle East**. 2. Ed. Nova Iorque: Infobase Publishing, 2009.

VÁSQUEZ, Jordi. **Pinceladas sobre o Curdistão**. In: FERRAZ, Paulo. *A Revolução Ignorada: feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. P. 35-50.